

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**DESEMPREGO E SAÚDE MENTAL: IMPACTOS NA CLASSE  
TRABALHADORA**

**Mariana de Barros Ferreira**

**2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**DESEMPREGO E SAÚDE MENTAL: IMPACTOS NA CLASSE  
TRABALHADORA**

**MARIANA DE BARROS FERREIRA**

*Sob a Orientação da Professora*

**MONICA APARECIDA DEL RIO BENEVENUTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ.  
Junho de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F383d FERREIRA, Mariana de Barros, 1999-  
Desemprego e saúde mental: impactos na classe  
trabalhadora / Mariana de Barros FERREIRA.  
Seropédica, 2025.  
46 f.: il.

Orientadora: Monica Aparecida Del Rio BENEVENUTO.  
Trabalho de conclusão de curso(Graduação). --  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,  
Bacharelado em Serviço Social, 2025.

1. trabalho. 2. saúde mental. 3. capitalismo. I.  
BENEVENUTO, Monica Aparecida Del Rio, 1964-, orient.  
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Bacharelado em Serviço Social III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 2648/2025 - DHSS (12.28.01.00.00.00.10)

Nº do Protocolo: 23083.033033/2025-25

Seropédica-RJ, 26 de junho de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No dia 18 do mês de junho do ano de 2025, às 14 horas, na Sala de Reuniões do ICSHS/UFRRJ, foi instalada a Sessão Pública de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna MARIANA DE BARROS FERREIRA, matrícula 20250000900, que apresentou o trabalho intitulado "DESEMPREGO E SAÚDE MENTAL: IMPACTOS NA CLASSE TRABALHADORA". A Banca Examinadora foi composta pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monica Aparecida Del Rio Benevenuto (presidente), pela Profa. Dr<sup>a</sup> Lúcia Aparecida Valadares Sartorio (examinadora 1) e pelo Prof. Dr. Maurício Caetano Matias Soares (examinador 2). Abrindo a sessão, a presidente da comissão, após dar a conhecer aos presentes os procedimentos para a condução dos trabalhos, passou a palavra à aluna, que fez a apresentação do seu Trabalho de Conclusão de Curso. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Banca se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A candidata foi considerada aprovada. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Banca. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente Ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Presidente: Monica Aparecida Del Rio Benevenuto

Examinadora 1: Lucia Aparecida Valadares Sartorio (IE/UFRRJ)

Examinador 2: Mauricio Caetano Matias Soares (DHSS/UFRRJ)

Discente: Mariana de Barros Ferreira

**(Assinado digitalmente em 28/06/2025 22:33 ) (Assinado digitalmente em 27/06/2025 09:49 )**

LUCIA APARECIDA VALADARES SARTORIO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)  
Matrícula: 1889410

MAURICIO CAETANO MATIAS SOARES  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DHSS (12.28.01.00.00.00.10)  
Matrícula: 3309615

**(Assinado digitalmente em 26/06/2025 17:52 ) (Assinado digitalmente em 27/06/2025 14:12 )**

MONICA APARECIDA DEL RIO BENEVENUTO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DHSS (12.28.01.00.00.00.10)  
Matrícula: 387368

MARIANA DE BARROS FERREIRA  
DISCENTE  
Matrícula: 20250000900

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **2648**, ano: **2025**, tipo: **ATA**, data de emissão: **26/06/2025** e o código de verificação: **9ad2f5f5ae**

Aos meus familiares e amigos que contribuíram com palavras de estímulo, compartilharam saberes e prestaram apoio e à toda classe trabalhadora brasileira.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Márcia, por ter minha formação sempre como prioridade e Gumercindo, por me ensinar a ser persistente, por serem meus principais motivadores, pelo amor, apoio e confiança intermináveis. Faltam-me palavras para expressar tamanha gratidão.

Aos amigos que construí ao longo dessa jornada, meu quarteto fantástico, Amanda, Ícaro e Shayanne, com quem dividi os prazeres e as dores da graduação. Sou muito grata por ter vivido essa etapa com vocês.

Aos meus tios e tias, em especial, Deise e Gilson, pelo contínuo incentivo à leitura e aos estudos.

Aos meus irmãos, Ayrton, Juliana e Pedro, pelas bobearias, por abarrotar meus dias de bom humor, pelo apoio e amor inesgotáveis.

Aos meus avós, Eleni e Eudes, pelo papel fundamental na minha criação, por serem a base de tudo que conheço. Sou o que sou graças a vocês.

Aos meus grandes amores, Anne, Evellen, Gabrielle e Matheus, pelo apoio e pela paciência em sempre me acolher quando necessário.

À minha orientadora e professora, Monica Benevenuto, pela confiança depositada, pela paciência, atenção e por compartilhar seu conhecimento para a realização deste trabalho. Obrigada.

Aos demais familiares e amigos, por todo amor, incentivo, e por estarem ao meu lado durante essa longa trajetória. Meu mais sincero agradecimento.

## RESUMO

As mudanças na sociedade contemporânea, que aconteceram ao longo dos anos, principalmente o desenvolvimento do sistema capitalista, foram a gênese do contexto crescente de desemprego no Brasil. Essas mudanças afetaram profundamente o mundo do trabalho, em que maior parte da mão de obra humana foi substituída por maquinários, que aumentavam o rendimento e por consequência o capital da sociedade burguesa. Com a transição do homem para a máquina, foi criado um panorama onde o número de vagas ociosas no mercado de trabalho não acomodava o número de trabalhadores em busca de emprego. Desta forma, a questão do desemprego crescente tornou-se um impasse grave, acarretando a exacerbação da questão social. O Estado, visando responder às demandas sociais e assegurar o direito à cidadania, desenvolveu inúmeras políticas públicas, com o objetivo de diminuir a taxa de desemprego. Neste sentido, este estudo objetiva analisar como o aumento da taxa de desemprego influencia no crescente adoecimento mental da população. Para auxiliar no progresso do estudo, utilizou-se como técnica metodológica a pesquisa bibliográfica, trazendo abordagens já destacadas por pesquisas anteriores e estabelecendo uma análise de dados estatísticos sobre desemprego e indicadores de saúde mental, com a finalidade de assimilar a relação entre tais fatores.

Palavras-chave: trabalho; desigualdade social; saúde mental; capitalismo.

## **ABSTRACT**

The changes in contemporary society that occurred over the years, especially the development of the capitalist system, were the genesis of the growing unemployment context in Brazil. These changes profoundly affected the work world, where the majority of human labor was replaced by machinery, which increased productivity and, consequently, the capital of the bourgeois society. With the transition from man to machine, a scenario was created where the number of vacant positions in the market could not accommodate the number of workers seeking employment. Therefore, the issue of rising unemployment became a serious obstacle, exacerbating the social issue. The State, aiming to respond to social demands and ensure the right to citizenship, developed numerous public policies aimed at reducing the unemployment rate. Thereby, the objective is to analyse how the increase of the unemployment rate impacts the growing mental health issues in the population. To support the progress of the study, bibliographical research was used as the methodological technique, bringing approaches already highlighted by previous research and establishing an analysis of statistical data on unemployment and mental health indicators, with the aim of understanding the relationship between these factors.

Keywords: labor; social disparity; mental health; capitalism.

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| <b>Figura 1</b> – A inserção da população negra no mercado de trabalho.....   | 26 |
| <b>Figura 2</b> – Proporção de negros e não negros nas 10 ocupações com os maiores rendimentos, 2º trimestre de 2024..... | 28 |
| <b>Figura 3</b> – Proporção de negros e não negros nas 10 ocupações com os menores rendimentos, 2º trimestre de 2024..... | 28 |
| <b>Figura 4</b> – As divisões do mercado de trabalho.....   | 34 |
| <b>Figura 5</b> – População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho, 1º trimestre 2025.....          | 35 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**Bedlam** – Bethlem Royal Hospital of London

**DIEESE** - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IBGESP** – Instituto Brasileiro de Educação em Gestão Pública

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**Ipsos** – Institut Public de Sondage d'Opinion Secteur

**MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego

**OIT** – Organização Internacional do Trabalho

**OMS** – Organização Mundial da Saúde

**PNAD Contínua** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

**PNS** – Pesquisa Nacional de Saúde

**SESC** – Serviço Social do Comércio

**UFRRJ** – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>11</b> |
| <b>2. CONCEPÇÕES E RELAÇÃO DE TRABALHO NO CAPITALISMO.....</b>   | <b>15</b> |
| 2.1. O mercado de trabalho no sistema capitalista e a transformação do indivíduo em força de trabalho..... | 16        |
| 2.3. Desigualdade no mercado de trabalho: gênero e raça.....   | 22        |
| <b>3. O DESEMPREGO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.....</b>   | <b>30</b> |
| 3.1. A relação trabalho e Serviço Social.....  | 30        |
| 3.2. Definição de desemprego e suas principais causas.....   | 33        |
| 3.3. Impacto do desemprego no bem-estar psicológico e a perda de identidade social.....                    | 36        |
| <b>4. ADOECIMENTO MENTAL.....</b>  | <b>39</b> |
| 4.1. Adoecimento mental e atual conjuntura.....  | 39        |
| 4.2. O papel do capitalismo na precarização da saúde mental.....   | 42        |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>49</b> |
| <b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>  | <b>52</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

O desejo em discorrer acerca da relação entre o desemprego e o adoecimento mental, como objeto de estudo, surgiu de uma perspectiva empírica ao observar, assim como Heller (1985), que o trabalho é o responsável pela produção e reprodução da vida humana, e só a partir dele o homem é o diferenciado das formas não humanas.

No Brasil, a precarização do trabalho, a desregulamentação e as crises econômicas geram um cenário de vulnerabilidade. Dessa forma, as mudanças da sociedade seguem sendo orientadas pela estrutura capitalista, que desde o desfecho do feudalismo, detém as riquezas produzidas pela força de trabalho do homem, influenciando as relações sociais.

A partir desta perspectiva, é necessário pensar o adoecimento mental dentro desse sistema, que se origina na dominação dos recursos naturais e das relações de trabalho, alçando a dominação dos corpos e das subjetividades do homem.

Relacionando aos temas debatidos durante a graduação em Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, foi possível desenvolver o tema baseado nos principais autores que dissertam sobre a categoria trabalho. Conforme os estudos apresentados por Marx, Lamamoto, Netto, dentre outros autores, tornou-se promissora a discussão sobre trabalho na contemporaneidade.

Esse cenário de vulnerabilidade social, não apenas impacta a segurança financeira dos trabalhadores, mas também gera efeitos colaterais significativos, como o adoecimento mental, que se torna um reflexo da pressão e do estresse enfrentados no ambiente de trabalho.

A precarização das relações de trabalho, caracterizada por condições laborais desfavoráveis, contribui para o aumento nos índices de ansiedade e depressão. De acordo com Paul Lafargue (2008), o trabalho, quando alienado, gera sofrimento e frustração, fatores que intensificam o adoecimento mental. Esse cenário é ainda mais preocupante em países como o Brasil, que enfrentam crises econômicas e sociais significativas.

Desse modo, o objetivo principal do presente estudo é realizar uma análise das relações de trabalho na contemporaneidade e o impacto na saúde mental dos trabalhadores no Brasil, levando em consideração a intersecção entre condições

econômicas e sociais, destacando o papel do Serviço Social na promoção de direitos, saúde e bem-estar em um contexto contemporâneo.

Para tanto, aqui refleti acerca dos processos estruturais que levam à construção subjetiva de indivíduos debilitados e fadigados. Apoiado no reconhecimento do caráter fundamental do desenvolvimento capitalista. Onde, segundo Marx (2013), todos os meios para ampliar a produção se convertem em meios para dominar e explorar o produtor. Mutilam o operário reduzindo-o a um homem parcial, e o diminuem a uma insignificante peça de máquina, no intuito de destruir a realização pelo seu trabalho individual, o convertendo em tormento se apoiando na expropriação.

A fim de contextualizar essas reflexões, foi realizada uma breve revisão da gênese do capitalismo, onde, segundo Quijano (2009) a colonialidade do poder impôs não apenas uma estrutura econômica capitalista, mas também uma reordenação das formas de existência e da subjetividade, moldando o ser social latino-americano sob uma lógica de dominação e hierarquização racial e cultural.

Para além do âmbito financeiro, o trabalho é uma dimensão fundamental da vida humana, condição natural do homem e uma forma de o ser humano construir sua identidade. Em função disso, foi feita uma análise em busca de compreender quais os determinantes que estruturam o panorama de adoecimento da população desempregada.

A ausência de saúde mental como realidade agora naturalizada ao capital, como exposto por Han (2024), infundem ao Serviço Social, dado seu compromisso ético-político, uma investigação às doenças mentais, principalmente com o crescimento de diagnóstico e pela precarização das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, que luta por melhores condições de vida.

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa que está estruturada em uma metodologia voltada para análise empírica de referenciais bibliográficos, que consiste em, conforme Gil (2008), uma pesquisa desenvolvida com base em material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos, que prezam pela veracidade e ética na comunicação, de caráter exploratório que, visam uma compreensão aprofundada sobre o tema.

Aqui, os dados coletados foram analisados à luz de teóricos estudados, principalmente, no curso de Serviço Social. A pesquisa reflete sobre como as teorias

e os dados se traduzem em ações no campo do Serviço Social, contribuindo para uma reflexão crítica da prática profissional diante dos desafios contemporâneos.

O presente estudo é fundamental para compreender as interações complexas entre desemprego, capitalismo e adoecimento mental no contexto contemporâneo. O desemprego, especialmente o estrutural, não é apenas uma questão econômica; é um fenômeno social que afeta a dignidade, a saúde e o bem-estar dos indivíduos.

Com as mudanças aceleradas trazidas pela automação e globalização, muitos trabalhadores enfrentam uma realidade de vulnerabilidade e incerteza, o que pode levar a consequências graves para a saúde mental. Segundo Sen (2010), a privação de oportunidades de trabalho adequado compromete não apenas o rendimento, mas também a autoestima e a saúde mental dos indivíduos.

Ademais, o Serviço Social possui um papel essencial na defesa dos direitos dos trabalhadores e na promoção da saúde mental. E compreender a atuação desses profissionais em um ambiente tão adverso é crucial para a construção de estratégias de intervenção e políticas públicas que visem a mitigação do desemprego e a promoção do bem-estar social. Segundo Yamamoto (2016), o assistente social deve atuar na interface entre a questão social e a saúde, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

Este estudo se justifica pela importância de abordar a interseção entre tais temas, contribuindo para um debate mais amplo sobre o adoecimento mental no trabalho e as implicações do capitalismo contemporâneo. Nesse contexto, o Serviço Social desempenha um papel crucial na promoção da saúde mental e na defesa dos direitos dos trabalhadores, atuando como um agente de transformação social e buscando mitigar os efeitos negativos do desemprego estrutural e da precarização.

Esta reflexão está organizada em três capítulos, que inicia com o capítulo “Concepções e relação de trabalho no capitalismo” que foi destinado ao resgate histórico do processo que estruturou as concepções e relações de trabalho no sistema capitalista, extinguindo os costumes e tradições anteriores, submetendo a atividade produtiva do homem a serviço do capital. Deu-se ênfase no funcionamento do mercado de trabalho dominado pelo capital, a alienação da classe trabalhadora, proveniente dessa dominação, viabilizou a ocupação do sistema capitalista nas relações sociais.

Já o capítulo “O desemprego como expressão da Questão Social”, traz uma reflexão sob a luz de Yamamoto (2011) em como a Questão Social é uma forma

concreta e historicamente determinada pela qual as contradições do modo de produção capitalista se manifestam na vida dos trabalhadores. Evidencia a relação entre trabalho e o serviço social que implica em situá-lo historicamente no interior das relações sociais produzidas pelo modo de produção capitalista. Ao considerar a gênese e o desenvolvimento do serviço social, tenta compreender as determinações estruturais que o conformam, bem como o papel do trabalho na adaptação da prática profissional.

O capítulo “Adoecimento mental”, busca explorar a relação entre o sistema capitalista e o adoecimento, analisando como as dinâmicas de exploração e as condições sociais impostas pelo capitalismo contribuem para o aumento de transtornos mentais, como a ansiedade e a depressão, afetando principalmente as camadas mais vulneráveis da população. Ao longo, foi discutido como as condições de trabalho, a pressão por produtividade e a desigualdade estrutural geram um ciclo de adoecimento.

Nas Considerações Finais, é abordada a interconexão entre o desemprego e os impactos sobre a saúde mental dos indivíduos, com uma análise das consequências do capitalismo sobre a sociedade.

## 2. CONCEPÇÕES E RELAÇÃO DE TRABALHO NO CAPITALISMO

A compreensão do trabalho como categoria central na constituição do modo de produção capitalista é uma das grandes contribuições da crítica marxista à economia política. Desde a gênese histórica do capitalismo, o trabalho passou a ocupar um papel estruturante não apenas no processo produtivo, mas também na organização social e subjetiva da vida humana. Como expôs Marx (2013), o capitalismo só pôde se desenvolver com a separação entre o produtor direto e os meios de produção, o que deu origem à figura do trabalhador "livre", isto é, juridicamente desvinculado, mas compelido economicamente a vender sua força de trabalho para sobreviver. Tal dinâmica marca a transição histórica do feudalismo ao capitalismo, baseada na expropriação e proletarianização dos camponeses.

Neste processo, a força de trabalho torna-se mercadoria e o trabalhador, subsumido ao capital, é inserido em uma relação social marcada por exploração, alienação e desigualdade estrutural. Como afirma Lukács (2013), através do fetichismo da mercadoria se ocultou a verdadeira origem da riqueza, e a essência das relações sociais no capitalismo, convertendo sujeitos em objetos manipuláveis pelo mercado. Assim, a transformação do trabalho em valor de troca obscureceu as relações de dominação e naturalizou as desigualdades geradas pela própria lógica do capital.

O mercado de trabalho, dentro dessa perspectiva, não é um espaço neutro de troca entre iguais, mas o local privilegiado de reprodução das relações de classe. A classe trabalhadora, despojada dos meios de vida, só pode reproduzir sua existência por meio da venda de sua força de trabalho, o que submete sua vida ao ritmo da acumulação capitalista. Como aponta Mandel (1985), a Revolução Industrial consolidou essa lógica, ao tornar o trabalho abstrato, mensurável pelo tempo e controlado por meio da disciplina fabril, o centro do processo de valorização do capital.

O funcionamento do mercado de trabalho capitalista também expressa contradições que ultrapassam a divisão clássica entre burguesia e proletariado. A crítica contemporânea tem se dedicado a explorar as formas específicas de exploração que recaem sobre grupos racializados e sobre as mulheres, revelando como o capitalismo incorpora e reproduz desigualdades de gênero e raça como parte integrante de seu funcionamento. Como argumenta Davis (2016), o racismo e o

patriarcado não são resquícios pré-capitalistas, mas mecanismos funcionais que ajudam a baratear a força de trabalho e a consolidar hierarquias que favorecem a acumulação.

Este capítulo tem como objetivo analisar a constituição histórica do trabalhador assalariado no sistema capitalista e o funcionamento do mercado de trabalho como esfera de reprodução das desigualdades. Sob a perspectiva da relação entre o indivíduo e o trabalho, o tópico em seguida busca compreender como o trabalho, ao ser transformado em mercadoria, inaugurou uma nova lógica social, marcada não apenas pela exploração econômica, mas também pela reprodução de múltiplas formas de opressão, estruturando relações de trabalho que afetam a vida e as condições de existência de milhões de pessoas.

## **2.1. O mercado de trabalho no sistema capitalista e a transformação do indivíduo em força de trabalho**

De acordo com Anderson (1979), durante o modo de produção feudal, baseado na posse da terra pelos senhores feudais e no trabalho servil, a sociedade era rigidamente hierárquica, estruturada pela relação de dependência pessoal entre o senhor e o servo, em que este último produzia para sua subsistência e entregava parte de sua produção ao primeiro. Os servos estavam juridicamente vinculados à terra e eram obrigados a prestar serviços compulsórios.

Entretanto, a partir do século XIV, o sistema feudal entrou em crise, em decorrência de fatores como a crise agrária, a peste negra e os conflitos bélicos. Como aponta Hobsbawm (1995), essas transformações abalaram o poder da aristocracia fundiária e abriram espaço para o crescimento do comércio e das cidades, fenômenos que favoreceram a ascensão de uma nova classe: a burguesia mercantil.

A mudança nas formas de produção foi gradual. De acordo com Marx (2013), o surgimento do capitalismo exigiu a separação do produtor direto de seus meios de produção, processo que ocorreu com a expropriação dos camponeses, especialmente visível na Inglaterra, que passou a privatizar as terras comuns. Desprovidos de seus meios de subsistência, esses camponeses foram compelidos a vender sua força de trabalho nas cidades, surgindo assim o trabalho assalariado.

O capitalismo consolidou-se definitivamente com a Revolução Industrial. Como analisa Mandel (1985), a introdução das máquinas e a produção em larga escala

alteraram de forma profunda as relações de trabalho, expandindo o mercado mundial e consolidando a divisão da sociedade em duas grandes classes: a burguesia proprietária dos meios de produção e o proletariado assalariado.

Logo, a transição do feudalismo para o capitalismo foi um processo multifacetado, impulsionado por crises internas do sistema feudal, pelo crescimento das atividades comerciais, pela transformação das relações de propriedade e pela expansão industrial que solidificou o trabalho assalariado como forma dominante de exploração do trabalho.

Teixeira e Souza (1985), questionaram: quais fatores permitiram que o avanço do capital comercial e a expropriação dos meios de produção dos produtores resultassem no trabalho assalariado, e não em outra forma de subordinação? É possível afirmar que, na antiguidade, o mesmo movimento comercial conduziu, em vez do assalariamento, à instituição do sistema escravista. Embora o comportamento do capital comercial seja semelhante nos dois contextos históricos, as estruturas sociais sobre as quais ele opera são substancialmente distintas.

Ademais, o advento do trabalho assalariado pressupõe a ampla generalização da produção voltada para a troca. No entanto, essa generalização, por si só, não explica a proletarização dos produtores diretos. É necessário que outras condições estejam presentes para que o processo evolua especificamente em direção ao modo de produção capitalista. Essas condições foram potencializadas pela crise do regime feudal, e o surgimento de pequenos produtores independentes. A expropriação e consequente proletarização desses produtores diretos constituem, assim, momentos fundamentais na gênese do modo capitalista de produção. Transformado em trabalhador "livre", o produtor direto já não trabalha para si, mas para o detentor dos meios de produção.

De acordo com Teixeira e Souza (1985), o modo de produção capitalista fundamenta-se na universalização da produção orientada para a troca. À medida que essa troca se expande, reflexo da crescente diferenciação na divisão social do trabalho, consolida-se, de maneira irreversível, a separação dos produtores diretos de mercadorias e dos seus instrumentos de produção. Expropriados desses meios, tais produtores tornam-se detentores apenas de uma mercadoria: a sua própria força de trabalho. Proletarizados, transformam-se em assalariados, simples operadores de instrumentos de produção que já não lhes pertencem.

Para integrar-se ao circuito das trocas e preservar sua existência social, o produtor vê-se impelido a ofertar sua mercadoria no mercado, confrontando-a com todas as demais. Ao apresentá-la “livremente” nesse espaço, vende-a por um lapso temporal determinado, única condição para assegurar sua subsistência. Não há alienação definitiva dessa mercadoria, pois somente por meio dessa operação continuada de troca o trabalhador mantém-se apto a produzir e a participar do mercado, na ausência dessa condição, não possuiria outro bem ou serviço a oferecer. Ao desprender-se de sua única mercadoria, ele permanece, contudo, livre para voltar a negociá-la, caso contrário, se converteria em mercadoria permanente, assemelhando-se a um escravo.

Dessa forma, o comprador, portador do capital monetário e dos meios de produção, adquire o direito de utilizar a força de trabalho por um período acordado. É nesse ponto que se cristaliza a dicotomia entre, de um lado, os proprietários dos meios de produção e, de outro, o proletariado.

Para o Marx (2013), o trabalho é a atividade fundamental pela qual o ser humano transforma a natureza e, ao mesmo tempo, se transforma. Esse processo de mediação é a fundação a sociabilidade humana. A sociabilidade humana, portanto, se constrói historicamente no processo de domínio da natureza, não como destruição, mas como apropriação consciente e produtiva, mediada pelo trabalho. O autor discorre sobre como as transformações do novo modo de produção ocorreram em razão da apropriação privada de elementos da natureza (matéria-prima e meios de produção), que se tornaram, ao longo do tempo e dos avanços, fundamentais no processo de constituição de um sistema social materializado.

De acordo com Thompson (1967) O tempo e o controle sobre ele foi um dos fatores principais na gênese da sociedade capitalista. O tempo foi atrelado à atividade humana produtiva e, conforme os avanços dos ideais capitalistas, assumiu uma posição crucial dentro dos moldes de produção do capital, uma vez que o seu controle se tornou uma chave importante no processo de produção e acumulação de riquezas, assim como nas relações sociais.

A mudança da percepção do tempo controlado se iniciou com o advento das novas formas de trabalho. A própria ideia de atividade humana produtiva se transformou e a concepção de trabalho se internalizou de uma forma diferente com a inserção do relógio, da mecanização, da maquinaria e com o surgimento da indústria. Com isso, a relação tempo e trabalho se intensificou.

Assim, essa relação originada na manufatura com o enquadramento do tempo em um pequeno objeto, ganhou grande proporção na era industrial e tecnológica, tornando-se um vínculo precioso na sociedade capitalista, se entranhando nas relações sociais, econômicas e políticas, até chegar à concepção de trabalho que se tem hoje. Na medida em que reconfigurou as primeiras formas de trabalho, que segundo Anderson (1979), eram compulsórias, onde o servo prestava serviços gratuitamente nas terras do senhor feudal. Esse serviço podia envolver atividades agrícolas, manutenção de estradas, ou pontes do feudo. Além de serem obrigados a pagar taxas (em dinheiro, produtos ou trabalho) para usar estruturas pertencentes ao senhor.

Essa nova forma de trabalho, como categoria fundamental da sociedade capitalista, foi extremamente importante na produção de mercadoria, propriedade privada e acumulação de riquezas. Sua estrutura se modificou com os primeiros sinais de uma revolução industrial, passando a ser controlado pelo tempo em prol de rapidez e agilidade de uma produção de mercadorias.

Bem como observado por Postone (2014), o sistema capitalista deu origem a um novo modo de produção, o industrial, que criou um grau de riqueza antes inimaginável, embora subdividida de forma elevadamente desequilibrada.

Essa acumulação de capital, tal como analisada por Marx (2013), não é resultado de uma distribuição equitativa do trabalho ou da livre iniciativa individual, mas de um processo historicamente determinado de exploração da força de trabalho e apropriação privada de uma produção que é, em essência, coletiva.

No sistema capitalista, a produção ocorre de forma social, os trabalhadores se organizam coletivamente em fábricas, oficinas e outros espaços produtivos, contribuindo com sua força de trabalho para a criação de bens e serviços. Contudo, os meios de produção (terra, máquinas, ferramentas, matérias-primas) são de propriedade privada dos capitalistas, que também se apropriam do produto final do trabalho coletivo. Para o autor, essa é a essência da contradição do capital: a socialização da produção versus a privatização da apropriação.

Essa dinâmica é sustentada pela extração da mais-valia, conceito central da crítica marxista. A mais-valia corresponde à diferença entre o valor produzido pelo trabalhador durante a jornada de trabalho e o valor que ele recebe como salário. O capitalista compra a força de trabalho por um valor equivalente ao necessário para a

sua reprodução (alimentação, moradia, transporte etc.), mas obtém, em troca, um valor superior, que se realiza como lucro.

Como observado por Marx (2013, n.p.), “O valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são grandezas diferentes; o capitalista tinha exatamente em vista essa diferença ao comprar a força de trabalho.” Essa diferença é a fonte da acumulação capitalista. O capital, portanto, não acumula riqueza por gerar valor a partir de si mesmo, mas por se apropriar do trabalho excedente dos proletários, transformando esse excedente em mais-valia. Com o tempo, a reinversão dessa mais-valia em capital amplia a escala da produção e aprofunda ainda mais o processo de exploração.

O próprio surgimento do proletariado foi produto de uma fase anterior do capitalismo, a acumulação primitiva. Essa etapa histórica, segundo Marx (2013), foi marcada por processos violentos como a expropriação dos camponeses de suas terras, o colonialismo e o tráfico de escravizados, que criaram as condições para a existência da classe trabalhadora livre juridicamente, mas forçada economicamente a vender sua força de trabalho

Portanto, a acumulação capitalista só é possível porque se baseia em uma estrutura de exploração do trabalho e na apropriação privada de um valor que é socialmente produzido. Ao ocultar esse processo por meio de ideologias que naturalizam o mercado e a propriedade privada, o capitalismo perpetua suas contradições fundamentais.

Com o desenvolvimento da influência capitalista, ocorreram mudanças significativas nas relações de trabalho, que influenciaram na vida dos indivíduos, afetando profundamente as relações sociais, perpassando questões subjetivas do ser humano.

O trabalho, assim, tornou-se uma atividade alienada e destituída de significado para o trabalhador, uma vez que o produto de seu esforço passa a pertencer a outra pessoa. Nesse contexto, é pertinente a seguinte citação de Marx (2013, n.p.):

O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor da força de trabalho como seu trabalhador, um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a própria pele ao mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o - curtume.

As formas de controle dos trabalhadores e a apropriação por completo de todas as suas atividades no tempo fora do trabalho fizeram parte do início de uma nova constituição do trabalho moderno que se instaurou durante a era industrial. E é nesse contexto histórico que Lopes (2009, n.p.) nos traz a reflexão: “O trabalho vai tornar-se, paulatinamente, a forma por excelência de relação e ação do sujeito sobre o mundo”.

Com a inserção do homem na indústria, as antigas formas de trabalho foram abandonadas, dando espaços para novas maneiras, assim, um novo modo de trabalhar se instalou. No seu início, ainda marcada pela herança técnica e cultural dos artesãos, a nova ordem social que se fundamentava no trabalho fabril enfrentou enormes resistências por parte do conjunto dos trabalhadores, nova categoria que se forjava no seu interior e primordial ao seu funcionamento.

Dessa forma, como apontado por Lopes (2009), criou-se uma “ética” do trabalho, o proletariado deveria seguir um comportamento padrão, com regras, regulamentos, atenção e precisão, afastando-o de sua subjetividade. Atividades como festejos e cerimônias em dias de trabalho, que antes faziam parte de costumes e da manifestação cultural do povo, passaram a ser vistas como irregular pois interrompiam a jornada de trabalho.

A inserção do trabalhador na indústria tomou proporções gigantescas pelo mundo, mudanças nas esferas políticas, sociais e culturais da sociedade, o que germinava com o início da industrialização, ganhava força, poder e controle sobre a vida dos homens.

Com o exemplo do filme “Tempos Modernos” (1936), foi representado uma crítica ao surgimento das indústrias e sua relação com os trabalhadores, perante as novas formas de produção, as linhas de montagem, perdeu-se a noção da produção total, individualizando as relações, e introduziu a segregação das atividades produtivas, com o objetivo de racionalizar o tempo e aumentar a produção.

A etapa subsequente da submissão da classe trabalhadora ao capital, e é importante destacar que não se trata de uma capitulação definitiva, pois o processo permanece em curso, ocorre quando a generalização do uso das máquinas soma-se uma crescente sofisticação tecnológica. Essa sofisticação é impulsionada pela necessidade constante de expansão do capital. Nesse contexto, as máquinas passam a produzir outras máquinas, tarefa que anteriormente era realizada manualmente ou

através de métodos manufatureiros, caracterizando a produção de bens de produção pelas próprias máquinas.

Com isso, os instrumentos de trabalho tornam-se os verdadeiros agentes ativos do processo produtivo. Aos trabalhadores resta apenas a adaptação às exigências impostas pelas máquinas, uma vez que já não detêm qualquer controle sobre o processo de trabalho. Completamente subordinados à maquinaria, os trabalhadores perdem seu poder de negociação, ficando submetidos ao capital e às suas determinações. A "habilidade" requerida, então, passa a ser definida pela capacidade, ou mesmo pela resistência de se ajustar a tarefas rotineiras e repetitivas: "Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo." (Marx, 2013, n.p.)

Nesse sentido, lamamoto (2011) aponta que o trabalho é discutido enquanto valor de uso e atividade produtiva útil, independente de sua determinação formal, isto é, da historicidade das relações sociais e econômicas. O que nos encaminha às armadilhas da objetificação: favorecer os atributos das coisas materiais causando prejuízo as relações sociais que as qualificam. Em outros termos, fortifica-se a materialização das relações sociais e a personificação das coisas, cujas ideias são submissas a produção capitalista e só refletem sua aparência superficial.

Diante do percurso histórico que marca a transição do feudalismo ao capitalismo, Marx (2013) observou como as transformações nas formas de produção implicaram profundas alterações nas relações sociais, especialmente no que diz respeito à constituição do trabalho assalariado. O processo de expropriação dos produtores diretos, a centralidade do tempo na organização do trabalho e a crescente subordinação do trabalhador às exigências do capital revelam não apenas uma mudança econômica, mas uma reconfiguração estrutural da sociedade. Nesse movimento, o trabalho deixa de ser expressão da subjetividade humana para tornar-se elemento funcional do sistema produtivo, inserido em uma lógica que redefine as relações entre os indivíduos, as instituições e a própria vivência social.

## **2.2. Desigualdade no mercado de trabalho: gênero e raça**

Conforme Chadarevian (2011), no Brasil, o debate sobre a desigualdade nas ciências sociais só ganhou força a partir do final dos anos 1960, quando se percebeu que o modelo de desenvolvimento adotado pelos militares resultava em um rápido

processo de concentração de renda e riquezas. Posteriormente, os anos 1980 seriam classificados pelos críticos como a "década perdida", não apenas pelas baixas taxas de crescimento econômico, mas principalmente pela intensificação da desigualdade. Atualmente, diversos estudos têm procurado relacionar a persistência dessas desigualdades com a implementação de políticas econômicas de caráter liberal no país.

Du Bois (2023) ao refutar a validade científica dos estudos sobre as diferenças biológicas e culturais entre grupos raciais, redirecionou a discussão para o âmbito socioeconômico, reformulando o uso da estatística, que deixou de ser uma ferramenta de legitimação do racismo para se tornar um meio de combatê-lo. O

autor destacou a representatividade extremamente desigual nas elites e a concentração de não brancos em atividades como serviços domésticos, trabalhos manuais e na pobreza nos Estados Unidos.

No Brasil, as primeiras pesquisas empíricas sobre a desigualdade racial no mercado de trabalho surgiram no período pós-Segunda Guerra Mundial. Essas investigações abordaram, de maneira geral, duas formas distintas sobre desigualdades: uma defendia que o mercado funcionava de forma meritocrática, sendo esse o principal fator para a ascensão social dos não brancos, enquanto a outra argumentava que existiam barreiras sociais e raciais. Ambas as perspectivas buscavam embasar suas hipóteses por meio da análise de dados. Dentro desse segundo grupo de estudiosos, Fernandes (1972) iniciou sua análise a partir do estudo da evidente desigualdade que separa negros e brancos na estrutura profissional em São Paulo e propôs, inspirado por Du Bois (2023), dois indicadores para confirmar sua tese. O primeiro indicador foi a proporção de trabalhadoras domésticas, e o segundo, a proporção de empregadores, ambos em relação à população não branca. Os resultados confirmaram suas previsões e evidenciaram que a desproporção entre brancos e não brancos no topo da hierarquia profissional variava de três a oito vezes, conforme a região. Esse foi um dos primeiros esboços de um indicador de desigualdade racial para o Brasil.

As diferentes formas de discriminação estão profundamente ligadas aos processos de exclusão social que geram e perpetuam a pobreza. Elas contribuem para a sobreposição de múltiplas vulnerabilidades e impõem obstáculos adicionais significativos à superação da pobreza e ao acesso a empregos dignos por parte dos indivíduos e grupos discriminados.

No contexto brasileiro, as desigualdades de gênero e raça não se restringem a pequenas parcelas da sociedade ou a minorias específicas. Ao contrário, afetam a maior parte da população. Conforme pesquisa do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2024), as desigualdades no mundo do trabalho persistem de forma estrutural e interseccional. Embora mulheres representem quase metade da força de trabalho, elas ainda recebem, em média, apenas 80,6 % do salário pago aos homens, segundo o Relatório de Igualdade Salarial do MTE essa disparidade revela não só a manutenção de um “teto de vidro” que limita o avanço feminino a cargos de maior remuneração, mas também variações territoriais: em alguns estados, apenas 25% das grandes empresas adotam políticas para contratação de mulheres, chegando a 40% em outros, o que expõe disparidades regionais no acesso a oportunidades iguais

Com base na pesquisa do MTE (2024), as mulheres ainda têm menos acesso à internet do que os homens, seja por limitações de infraestrutura, seja por barreiras de custo ou de letramento digital. Essa lacuna pode agravar-se com a adoção de soluções de inteligência artificial, que tendem a ser treinadas em bases de dados historicamente enviesadas, reproduzindo estereótipos e penalizando ainda mais as trabalhadoras em processos de seleção e avaliação de desempenho. Em um contexto de automação crescente, a falta de acesso igualitário à tecnologia configura o “teto de vidro”, que restringe o desenvolvimento de habilidades digitais e a entrada das mulheres em setores de maior valor agregado.

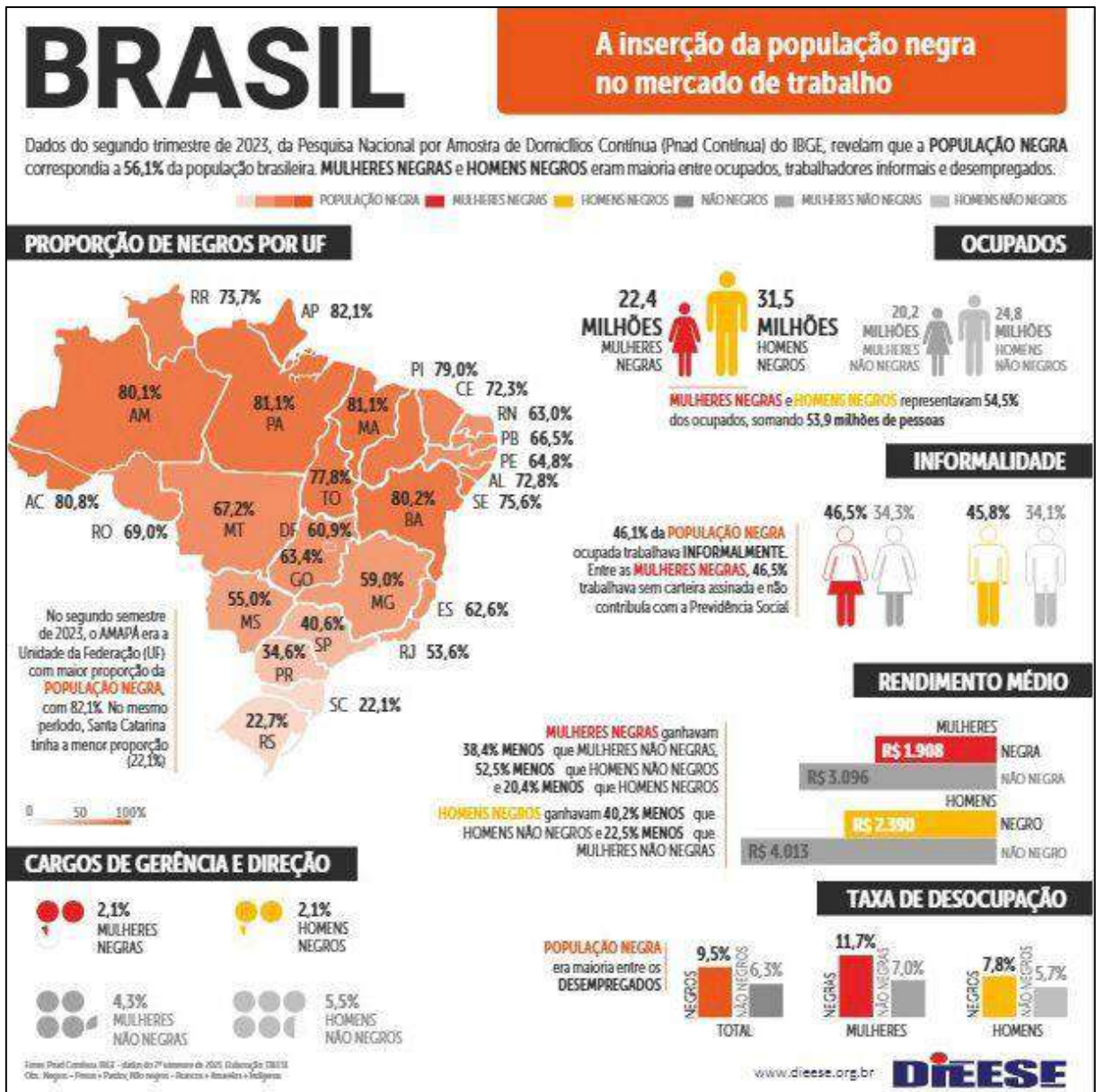
Esse teto se soma ao fardo já bem documentado do trabalho de cuidado não remunerado. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2023) mostrou que, no Brasil, ser mulher significa, em média, dedicar 11 horas a mais por semana a atividades domésticas e de cuidado do que um homem, independentemente de sua inserção no mercado formal. Esse acréscimo reduz o tempo disponível para educação continuada, redes de contato profissional e busca de melhores empregos, reforçando trajetórias de segregação ocupacional e baixos rendimentos.

Em abril de 2025, o 3º Relatório de Transparência Salarial do MTE revelou que, embora a participação feminina no mercado tenha crescido, as mulheres continuam a receber 20,9 % menos que os homens nas empresas com 100 ou mais empregados. Caso houvesse igualdade salarial, seriam injetados R\$ 95 bilhões na economia brasileira em 2024, um indício claro do potencial perdido por causa da discriminação de gênero.

Ao cruzar raça e gênero, o cenário se agrava. Pretos e pardos já são maioria (54,2%) entre os ocupados, mas seus rendimentos-hora (R\$ 11,80) ficaram 61,4 % abaixo dos brancos (R\$ 20,10) em 2022, conforme a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2023). Além disso, pesquisas feitas pelo Serviço Social do Comércio - SESC (2023) mostram que, controlando-se escolaridade e origem social, trabalhadores negros sofrem mais situações de desrespeito e discriminação no ambiente de trabalho. Essa dupla vulnerabilidade, salários inferiores e maior exposição a práticas discriminatórias, contribui para a perpetuação de trajetórias profissionais marcadas pela informalidade, pela sub-representação em cargos de comando e por menor acesso a benefícios.

De acordo com dados do Departamento Intersindical de estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, 45,2% da população ocupada estava na informalidade em 2024. Dessa parcela, a proporção de homens pretos ou pardos (45%) chegavam perto da média nacional, enquanto a de mulheres brancas (34,1%) e homens brancos (33,8%) se mantinham abaixo, ainda dentro desse grupo, as mulheres pretas ou pardas representam (45,6%) e, por enfrentarem uma discriminação interseccional baseada tanto em gênero quanto em raça, encontram-se em constante desvantagem em praticamente todos os principais indicadores sociais e trabalhistas. Como se observa na figura 1.

Figura 1: A inserção da população negra no mercado de trabalho.



Fonte: DIEESE, 2024

A sobreposição de discriminação racial e de gênero impacta não apenas a renda, mas também a saúde mental dos trabalhadores. Utilizando como exemplo a pandemia de COVID-19, segundo pesquisa da organização Pan-americana da Saúde - OPAS (2022), no primeiro ano, a prevalência global de ansiedade e depressão aumentou 25%, afetando especialmente mulheres e jovens. No Brasil, onde as mulheres negras estão em maior proporção na informalidade e em ocupações de menor prestígio, esse estresse se soma às barreiras de ascensão e ao medo de retaliação, criando um ciclo de vulnerabilidade psicossocial que demanda atenção imediata das políticas públicas e privadas.

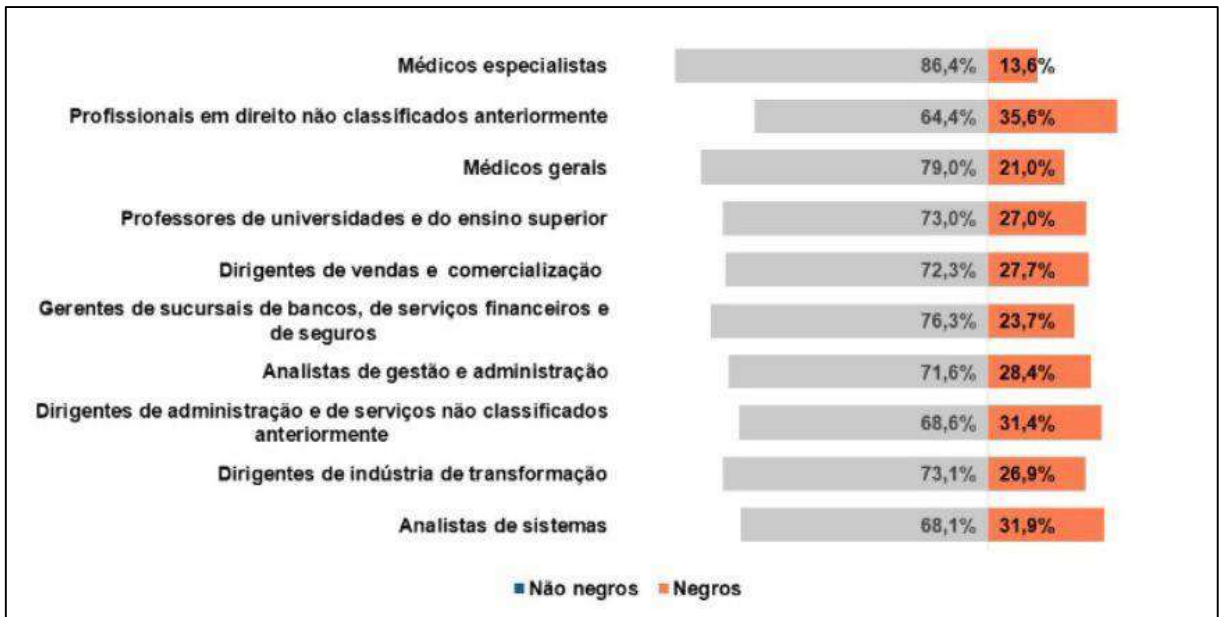
Conforme estudo publicado pelo DIEESE (2024), apesar dos avanços, a desigualdade racial de rendimentos no Brasil permanece profunda. O rendimento médio dos trabalhadores pretos e pardos é 40 % inferior ao dos não pretos, e essa disparidade não se reduz entre os mais escolarizados: pretos com ensino superior ganham em média 32% a menos do que outros trabalhadores com o mesmo nível de formação, diferença que praticamente não foi alterada após a implementação da Lei de Cotas.

Ao longo da vida laboral, a diferença de renda para quem é negro chega a R\$899 mil a menos do que para não negros, entre aqueles que possuem ensino superior, essa lacuna sobe para cerca de R\$ 1,1 milhão. No mercado de trabalho, apenas um em cada 48 homens negros ocupa um cargo de liderança, ao passo que entre os não negros a proporção é de um para cada 18.

A segregação por rendimento também se revela na distribuição por ocupações: nas dez profissões mais bem remuneradas, os negros correspondem a apenas 27 % dos trabalhadores, mas concentram-se em 70 % das dez ocupações de menores salários. Entre as mulheres negras, a vulnerabilidade é ainda mais aguda: uma em cada seis trabalha como empregada doméstica, e, nesse segmento sem carteira assinada, o rendimento médio fica R\$ 461 abaixo do salário-mínimo.

A partir de um levantamento feito pela DIEESE (2024), a Figura 2 mostra as 10 ocupações com os maiores rendimentos no 2º trimestre de 2024. Em todas elas, pretos e pardos são a minoria. Em todas as ocupações, eles representam apenas 27% dos profissionais.

Figura 2: Proporção de negros e não negros nas 10 ocupações com os maiores rendimentos, 2º trimestre de 202



Fonte: DIEESE, 2024

Por outro lado, a Figura 3 expõe as 10 ocupações com os piores rendimentos, durante o mesmo período. Neste caso, a realidade se inverte: exceto na profissão de costureiro, pessoas pretas e pardas predominam em todas as outras ocupações. No total, elas correspondem a 70% dos trabalhadores nas dez profissões com os menores salários.

Figura 3: Proporção de negros e não negros nas 10 ocupações com os menores rendimentos, 2º trimestre de 2024



Fonte: DIEESE, 2024

Esses indicadores mostram que as conquistas formais de acesso e escolarização não têm sido suficientes para eliminar barreiras estruturais de raça no mercado de trabalho brasileiro. Nesse sentido, a desigualdade no mercado de trabalho não pode ser compreendida apenas como falha moral ou resquício cultural, mas como expressão das determinações estruturais do capital. Como alerta Gonzalez (1984), a posição da mulher negra na sociedade brasileira reflete uma interseção entre exploração de classe, racismo estrutural e opressão patriarcal, elementos que se articulam na constituição de um mercado de trabalho segmentado, no qual certos corpos são sistematicamente desvalorizados.

Confirmando as dificuldades na inserção no mercado de trabalho, as estatísticas socioeconômicas brasileiras revelam que, ao longo da história, as pessoas negras encontram-se em condição mais desfavorável que o restante da população, reflexo persistente do legado da escravidão. Mesmo reconhecido esse passado, seus efeitos continuam presentes na sociedade. No mercado de trabalho essa discriminação e desigualdade se tornam ainda mais visíveis. Desde o início da busca por emprego, os negros enfrentam obstáculos mais severos: sua taxa de desocupação permanece sistematicamente acima da média geral. De acordo com o DIEESE, no segundo trimestre de 2024, por exemplo, enquanto a taxa de desocupação entre não negros situou-se em 5,5 %, a da população negra alcançou 8,0 %. Entre as mulheres negras, esse índice atingiu 10,1 %, valor superior ao dobro da taxa registrada entre os homens não negros (4,6 %).

A partir da articulação entre dados empíricos e documentais, evidencia-se que as desigualdades no mercado de trabalho brasileiro não são fenômenos recentes nem isolados, mas sim expressão de processos históricos profundamente enraizados nas estruturas sociais do país. A persistência dessas desigualdades, particularmente quando atravessadas por marcadores de raça e gênero, revela uma dinâmica de exclusão que ultrapassa o campo econômico, alcançando dimensões culturais, institucionais e subjetivas. A análise mostra que, mesmo diante de transformações no cenário político e produtivo, os mecanismos de discriminação e segmentação do trabalho seguem operando de forma interseccional e estrutural, reproduzindo hierarquias sociais e limitando o acesso equitativo às oportunidades e aos direitos.

### **3. O DESEMPREGO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL**

Este capítulo se debruça sobre as tensões e articulações entre a categoria trabalho e o campo do Serviço Social, inscritas nas dinâmicas do capitalismo contemporâneo. Parte-se da hipótese de que a profissão emerge como resposta institucional às contradições geradas pela acumulação de capital. Nessa perspectiva, o conceito de trabalho é compreendido não apenas como atividade econômica, mas como categoria social fundamental para a produção da vida e da subjetividade, conforme defendido por Antunes (1995).

Investiga o desemprego enquanto fenômeno estrutural, situado na reprodução das desigualdades próprias das economias periféricas. A abordagem combina a noção marxiana de “exército industrial de reserva” (Marx, 2013) com as especificidades históricas do subdesenvolvimento e da financeirização no Brasil.

Avançamse reflexões acerca dos impactos psicossociais da perda do vínculo laboral, mobilizando conceitos de desfiliação (Castel, 1998) e de violência simbólica (Bauman, 2008). Esses autores ajudam a revelar como a crise do trabalho formal produz não apenas privação material, mas também fragilização dos laços de reconhecimento, erosão da identidade social e a emergência de novas formas de sofrimento psíquico.

#### **3.1. A relação trabalho e Serviço Social**

A história do Serviço Social brasileiro é profundamente atravessada pelas contradições do capitalismo dependente e periférico, em cuja estrutura a profissão se insere como mediação das expressões da questão social. Segundo Netto (1996), desde sua institucionalização, no início da década de 1930, até os dias atuais, a trajetória do Serviço Social é marcada por disputas políticas, ideológicas e por transformações significativas no seu projeto profissional.

A profissão nasce em um contexto de urbanização acelerada e início da industrialização, num momento em que o Estado buscava respostas para os conflitos sociais emergentes. Influenciado fortemente pela doutrina da Igreja Católica, o Serviço Social surge com um viés conservador e moralizante, voltado para a assistência às populações pobres e para a contenção dos conflitos sociais. Como Netto (1996), a

profissão, nesse momento, se vincula à ordem burguesa e ao bloco do poder conservador, refletindo o interesse em moralizar a pobreza e manter a ordem social.

Durante as décadas de 1960 e 1970, no contexto do regime militar e da consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, o Serviço Social se adapta às demandas do Estado autoritário e tecnocrático, assumindo um caráter funcionalista. Nesse período, a atuação profissional se vincula à racionalização e ao controle da força de trabalho, ajustando-se à lógica do capital. Ainda assim, nesse contexto contraditório, começam a surgir resistências dentro da própria categoria profissional, que mais tarde alimentariam a construção de uma nova direção crítica para a profissão.

Nos anos 1980, impulsionado pelo processo de redemocratização do país, pelas lutas populares e pela crise do modelo de ditadura civil-militar, o Serviço Social vivencia um processo de ruptura com sua tradição conservadora. Inspirado pela teoria marxista e pela crítica estrutural da realidade social, consolida-se um novo projeto profissional: o Projeto Ético-Político. Iamamoto (2007) destaca que, a partir desse momento, o assistente social passa a ser compreendido como um trabalhador assalariado inserido na divisão social do trabalho, cuja atividade se constitui como mediação das expressões da questão social no interior das instituições. Essa guinada crítica se expressa também na reformulação do Código de Ética da profissão, que reafirma o compromisso com os direitos humanos, a justiça social, a equidade e a democracia.

Com a ascensão do neoliberalismo nas décadas de 1990 e 2000, o Brasil vivencia uma reestruturação produtiva que aprofunda a precarização do trabalho, o desmonte das políticas públicas e a financeirização da vida social. Nesse novo cenário, o Serviço Social enfrenta o desafio de intervir em realidades cada vez mais complexas, marcadas por novas expressões da questão social. Guerra (2023) enfatiza que a prática profissional nesse contexto exige uma práxis crítica e interventiva, que articule a análise estrutural da sociedade com ações institucionais concretas, comprometidas com os interesses das classes trabalhadoras. A práxis, nesse sentido, é a ação profissional reflexiva e transformadora, orientada por um projeto ético-político vinculado à emancipação humana.

Na contemporaneidade, o Serviço Social segue enfrentando os efeitos da ofensiva neoliberal e do neoconservadorismo, que tentam restringir direitos, deslegitimar políticas públicas e mercantilizar a vida. Mesmo diante desse cenário

adverso, a profissão mantém sua identidade crítica, comprometida com a construção de uma sociedade menos desigual. O Projeto Ético-Político permanece como referência, sustentando uma prática voltada à defesa da democracia, à universalização dos direitos e à transformação das condições estruturais de exploração e opressão.

Levando em conta a relação inerente que existe entre o sistema capitalista e o Serviço Social, se faz fundamental a realização de uma análise acerca das determinações do capital acerca da circunstância em que se deu a criação da profissão e na qual hoje ocorre o exercício profissional, não deixando de envolver também a categoria trabalho e suas configurações. Essa relação é legitimada na dimensão em que entendemos a urgência do surgimento da profissão. Segundo Netto (2018), não é possível desprender o Serviço Social, enquanto profissão, da ordem monopólica, pois ela cria intrinsecamente a profissionalidade do Serviço Social.

Levando em conta que o assistente social também está inserido na divisão sociotécnica do trabalho, ao falarmos sobre seu exercício profissional no contexto da relação social burguesa, precisamos levar em consideração a centralidade da categoria trabalho, enfatizado por Antunes (1995), que diz, que o trabalho é o responsável pela produção e reprodução da vida humana, e a partir dele o homem se torna um ser social, o diferenciando das formas não humanas.

Portanto, o trabalho é considerado peça indispensável na vida do homem, proporcionando sua manutenção e permanência, além de dar sentido a ela. Levando em conta essa afirmação. Guerra (2013) declara que a crise do capital, e seus modelos de acumulação refletem na construção da subjetividade humana, constituindo um sujeito que abraça, sem pestanejar, o fetichismo do capital, compreendendo sua racionalidade como modo de ser, pensar e agir.

Vemos então, a subjetividade do ser humano sendo apagada, dando lugar a determinação da objetividade em um contexto de alienação e de restrição da autonomia e das possibilidades de mudança.

A alienação, para Heller (1985) é quando há um distanciamento entre o desenvolvimento do “humano-genérico” e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, é o processo pelo qual o ser humano perde o controle sobre o mundo que ele mesmo produz, se tornando estranho a si mesmo e à sociedade. Essa condição ocorre quando as instituições, os objetos e os valores passam a dominar os indivíduos. Esse distanciamento não foi sempre o mesmo em todos os períodos da

história e nem para todas as classes sociais, mas, no capitalismo moderno, fortaleceu-se excessivamente.

A partir dessas deliberações propostas pelo capital, o Estado é convocado a intervir para lidar com as consequências causadas pela iniquidade desse modo de produção, que, contraditoriamente, explora e deteriora o trabalhador, ao mesmo tempo que precisa dele para sua produção e reprodução.

As respostas do Estado à questão social emergente serão diversas, em concordância com o momento histórico em análise. Dessa maneira, podemos identificar distintamente o surgimento e do desenvolvimento do Serviço Social na conjuntura brasileira.

Não é possível pensar a gênese do Serviço Social, como profissão, fora dos marcos da ordem burguesa, da sua sociabilidade e suas contradições intrínsecas, fundadas na propriedade privada dos meios de produção e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Portanto, Silva (2010) enuncia que o Serviço Social brasileiro, seu aprimoramento e sua institucionalização, que lhe garantiram o estatuto de profissão na divisão sociotécnica do trabalho, estiveram sempre e organicamente unidos à manutenção da ordem.

Logo, o Serviço Social surge porque existe uma questão social emergente, a qual pode ser interpretada de diversas maneiras. Com a contribuição de Yamamoto (2016), entendemos essa questão como sendo a expressão de desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, entrepostas por disparidades nas características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso não só aos bens da civilização, como também aos direitos sociais do indivíduo, como acesso à saúde, moradia, educação, lazer, previdência social, entre outros, garantidos na Constituição Federal (1988, art. 6º) brasileira.

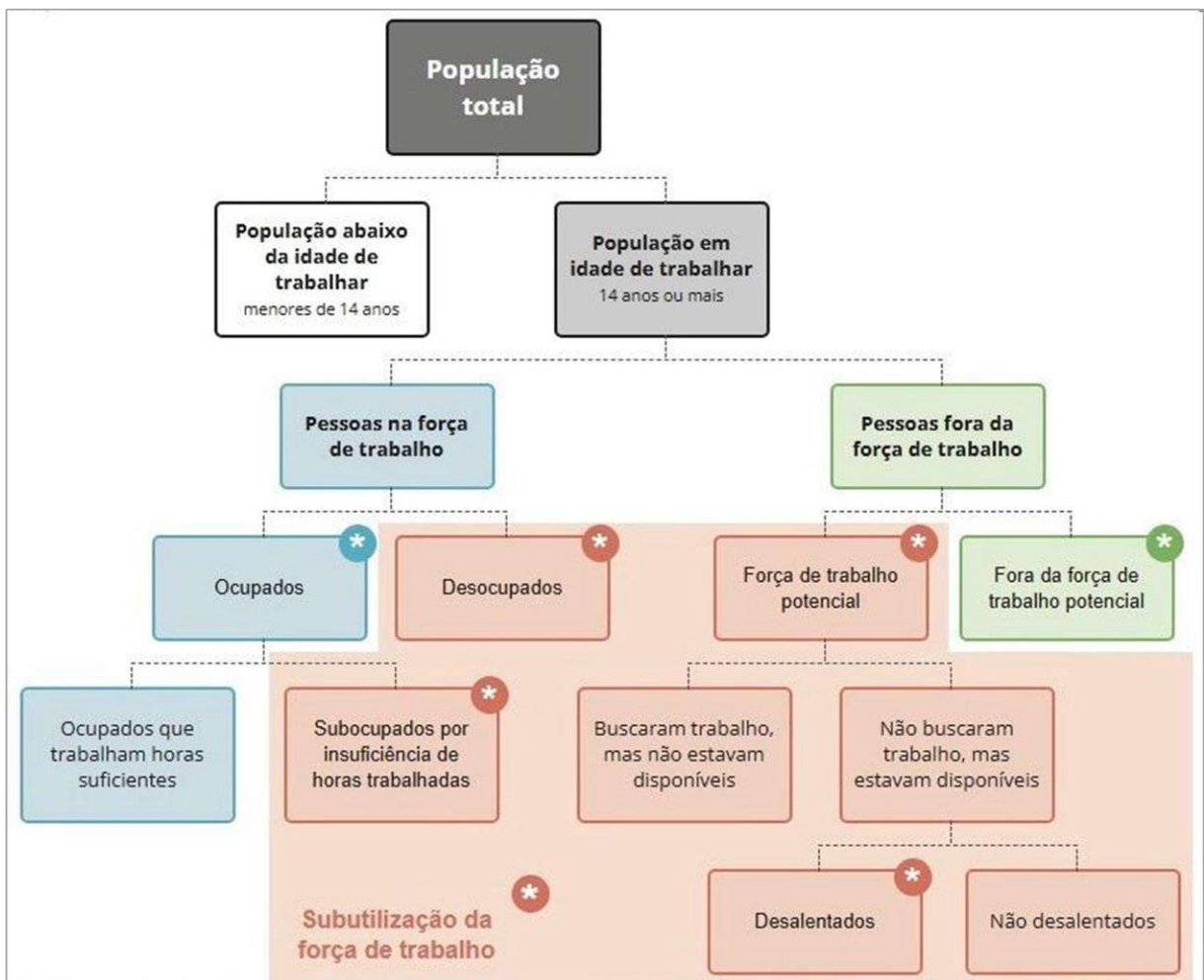
### **3.2. Definição de desemprego e suas principais causas**

Segundo o IBGE (2025), o desemprego, de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego.

De acordo com a metodologia usada pelo IBGE na Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios - PNAD Contínua (2025), alguns casos de indivíduos que, apesar de não exercerem uma atividade remunerada formal, não podem ser consideradas desempregadas: um universitário que dedica seu tempo somente aos estudos; uma dona de casa que não trabalha fora; uma empreendedora que possui seu próprio negócio. Nesse contexto, o estudante e a dona de casa são pessoas que estão fora da força de trabalho, já a empreendedora é considerada ocupada.

Além dessa divisão, há ainda a “subutilização da força de trabalho”, que a Organização Internacional do Trabalho - OIT (2013), propõe que seja calculada pelos órgãos oficiais de estatística, onde engloba os desocupados, aqueles na força de trabalho potencial e os subocupados por insuficiência de horas, como podemos observar na Figura 4.

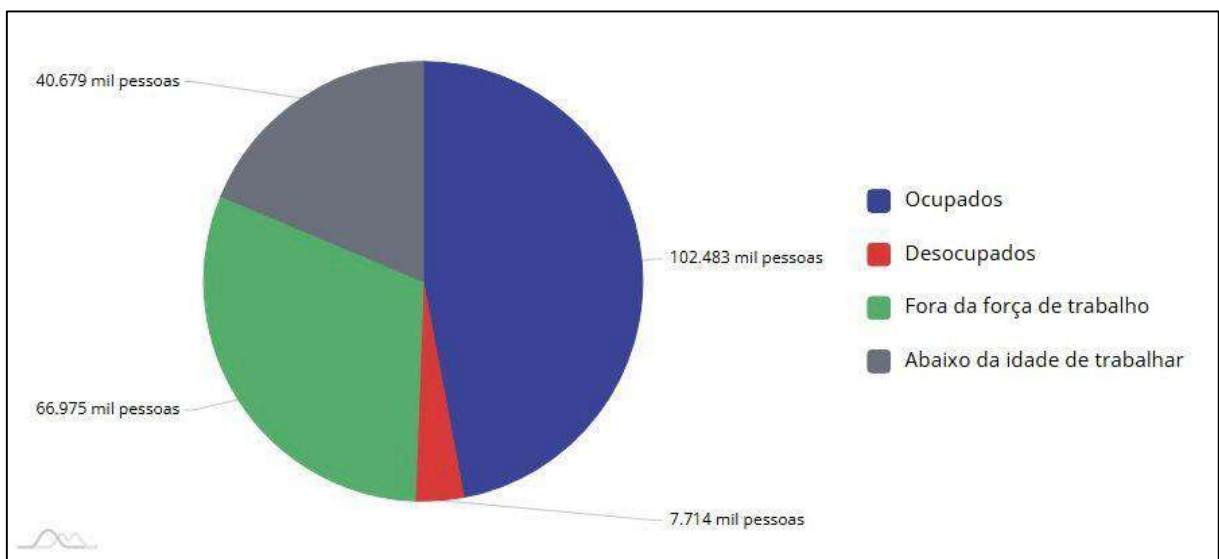
Figura 4: As divisões do mercado de trabalho.



Fonte: IBGE, 2025

A PNAD Contínua (2025) é a principal pesquisa utilizada para identificar a quantidade de pessoas desempregadas no país. Nessa pesquisa, o que popularmente se chama de “desemprego” é representado pelo termo técnico “desocupação”. A Figura 5 apresenta os dados mais recentes sobre ocupação, desocupação e outras categorias relacionadas ao mercado de trabalho no Brasil, conforme os últimos resultados levantados.

Figura 5: População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho, 1º trimestre 2025



Fonte: IBGE, 2025

O desemprego é um dos problemas mais persistentes e desafiadores enfrentados pelas economias capitalistas, especialmente nos países da América Latina. Marx (2013) observou o desemprego como uma característica funcional ao sistema capitalista. Para ele, o “exército industrial de reserva” (trabalhadores desempregados ou subempregados) é funcional para pressionar os salários para baixo e manter o poder do capital sobre o trabalho. Nessa concepção, o desemprego não é apenas um problema econômico, mas também uma ferramenta de controle social.

Para Furtado (2007), o desemprego na periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil, não pode ser compreendido apenas pela ótica das flutuações econômicas conjunturais. Em sua obra “Formação Econômica do Brasil”, o autor argumenta que o subdesenvolvimento é um processo histórico específico que cria estruturas econômicas dependentes e desiguais, incapazes de absorver a força de trabalho de

forma plena e produtiva. Em concordância com Marx, o autor reforça a formação de um “exército de reserva” permanente, fruto dessas economias, onde o desemprego é crônico e coexistente com a informalidade e o subemprego.

Pochmann (2014), destaca que o desemprego contemporâneo é resultado de transformações tecnológicas, desindustrialização precoce e políticas econômicas restritivas. E expõe que a financeirização da economia e a flexibilização das leis trabalhistas contribuíram para o enfraquecimento do mercado formal de trabalho.

Assim, no contexto brasileiro e latino-americano, o desemprego deve ser entendido como um fenômeno que vai além da simples ausência de trabalho: ele reflete desigualdades estruturais, políticas econômicas excludentes e transformações globais que impactam de forma desigual as economias periféricas.

Complementando essa perspectiva, Fernandes (1975) em sua análise da formação social brasileira, destacou o papel da herança escravocrata e da transição incompleta para o capitalismo como fatores que impedem a plena incorporação dos trabalhadores ao mercado formal de trabalho. O autor expõe como a modernização econômica ocorreu de forma conservadora, sem uma democratização correspondente das relações sociais. O resultado é uma economia dual: de um lado, setores modernos e integrados ao capitalismo global, de outro, vastas camadas marginalizadas, com pouca ou nenhuma proteção social, vivendo em situação de desemprego ou informalidade crônica.

### **3.3. Impacto do desemprego no bem-estar psicológico e a perda de identidade social**

Para Dejours (1998), o trabalho não é apenas uma atividade econômica, mas um espaço fundamental de construção da identidade e da saúde mental. O autor aponta que, quando o trabalhador é impedido de se realizar no trabalho ou quando perde o emprego, a subjetividade é abalada, podendo gerar angústia, depressão e doenças psíquicas. A falta de reconhecimento, e ou o reconhecimento negativo, desestrutura a autoestima e mina o sentimento de pertencimento social. Dejours defende que o trabalho é, para o sujeito, não apenas uma maneira de obter um salário, mas um lugar de realização de si, de reconhecimento, de investimento afetivo e ético.

Em complemento, Castel (1998) propõe o conceito de desfiliação, que descreve a condição de pessoas que, ao perderem o emprego e os vínculos institucionais, como

previdência e sindicatos, tornam-se socialmente invisíveis. Para Castel, o desemprego a longo prazo não apenas afeta a renda, mas compromete o que ele chama de “matriz de proteção social”. Assim, o indivíduo entra em um processo de exclusão que vai além da dimensão econômica: é a perda da condição de cidadão pleno.

No Brasil, Antunes (2018) amplia esse debate a partir da crítica marxista. Ele argumenta que o novo capitalismo digital, com sua lógica de “uberização”, precariza o trabalho a ponto de corroer os vínculos de solidariedade e a identidade coletiva da classe trabalhadora.

A ausência de contrato, os vínculos flexíveis e o controle algorítmico criam uma sensação de liberdade, mas escondem uma nova forma de servidão. A identidade do trabalhador, antes constituída por meio da coletividade e da organização sindical, fragmenta-se num cenário de competição e isolamento. Trata-se de uma nova morfologia do trabalho, que combina flexibilidade extrema, individualismo competitivo e invisibilidade dos vínculos trabalhistas

No cerne da proposta de modernidade líquida de Bauman (2007) situa-se a dissolução das estruturas estáveis que antes garantiam aos indivíduos não apenas sustento material, mas também um sentido de pertencimento e de projeto de vida. Ao deslocar-se de um regime, em que o emprego formal oferecia contrapartidas de segurança e de reconhecimento social, para um mercado pautado pela flexibilidade, pelos contratos temporários e pelos “bicos” digitais, o trabalhador vê-se submetido a uma insegurança permanente. Essa fluidez das condições laborais gera cidadãos flutuantes, desprovidos de âncoras sociais, situação que instaura um temor contínuo em face ao desemprego e à incapacidade de planejar o futuro econômico e existencial.

Essa insegurança, materializada na possibilidade constante de perda do vínculo empregatício, configura-se como potente fator de ansiedade. Na visão de Bauman (2008), a fragmentação dos vínculos profissionais não só expõe o indivíduo à instabilidade financeira, mas também o priva dos mecanismos de reconhecimento mútuo e de solidariedade coletiva que historicamente atenuavam o sofrimento psíquico. Sem redes sociais ou institucionais que ofereçam amparo, o sujeito torna-se responsável exclusivo por sua “empregabilidade”, internalizando a culpa em caso de desemprego e vivendo sob a pressão de demonstrar continuamente sua utilidade em mercados voláteis.

Paralelamente, a perda do emprego e a conseqüente interrupção do fluxo de reconhecimento social inauguram um vazio de sentido que, prolongado no tempo, tende a evoluir para estados depressivos. Bauman (2008) ressalta que, numa sociedade onde o valor do indivíduo se mede pela sua capacidade de produzir e de competir, a exclusão do circuito produtivo equivale à desvalorização existencial do sujeito, provocando sentimentos de inutilidade, desesperança e isolamento. A “liquidez” das relações de trabalho impede a consolidação de laços estáveis, sejam esses profissionais, familiares ou comunitários, que pudessem funcionar como contrapeso ao sofrimento, acelerando, assim, o desencadeamento de quadros depressivos.

Dessa forma, o desemprego na modernidade não se reduz a uma carência de renda, mas emerge como fator estruturante de adoecimento mental. A conjugação da ansiedade, resultante da incerteza crônica, com a depressão, fruto da despossessão de significados e de vínculos de reconhecimento, revela como as transformações do capitalismo contemporâneo criam formas de violência simbólica contra o trabalhador, cujo impacto extrapola o campo econômico e atinge diretamente a saúde psicológica e social.

Em síntese, as reflexões desses autores, convergem para expor que o desemprego atua como gatilho de profundas rupturas na identidade e na saúde mental dos trabalhadores. Ao perder o emprego, o indivíduo não apenas vê ameaçada sua subsistência econômica, mas sofre a desestruturação da autoestima, a dissolução de redes de reconhecimento e a subtração de um “projeto de vida” que antes, encontrava no trabalho seu principal fundamento existencial.

O adoecimento psíquico associado ao desemprego expressa uma forma de violência simbólica intrínseca ao capitalismo: ao transformar a força de trabalho em mercadoria, o sistema não apenas explora economicamente o trabalhador, mas atenta contra sua integridade psicológica e social. Reconhecer essa dimensão é condição indispensável para qualquer política ou prática de suporte que vise não apenas reempregar, mas também reintegrar o sujeito em sua condição plena de cidadão, restaurando-lhe o senso de valor, pertencimento e significado.

## 4. ADOECIMENTO MENTAL

O fenômeno do adoecimento mental revela-se como um dos mais prementes desafios de saúde pública, inscrito nas tensões econômicas e sociais produzidas pelo capitalismo contemporâneo. As contínuas reestruturações produtivas, marcadas pela financeirização, pela flexibilização dos vínculos laborais e pela intensificação da competição, não só ampliam a insegurança ocupacional como também corroem os mecanismos de proteção social e os laços comunitários que historicamente atenuavam o sofrimento psíquico.

No Brasil e na América Latina, as desigualdades estruturais acentuam esse quadro: o desemprego crônico, a precarização do trabalho e as disparidades regionais no acesso a serviços de saúde mental operam como potentes determinantes sociais do adoecimento.

Este capítulo visa, portanto, situar o estudo do adoecimento mental na interseção entre as dinâmicas do capital e as condições concretas de vida, abrindo caminho para uma análise que transcenda explicações biomédicas e acolha a dimensão políticoeconômica do sofrimento psíquico.

### 4.1. Adoecimento mental e atual conjuntura

As transformações contínuas do capitalismo, voltadas à sua própria perpetuação, geraram impactos diretos na estrutura social. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde - OMS (2021), mais de um bilhão de pessoas apresentam algum transtorno relacionado à saúde mental. O aumento expressivo desses diagnósticos levou a OMS a elaborar um plano abrangente para coordenar o monitoramento da saúde mental mundial, o *Comprehensive Mental Health Action Plan 2013–2020*. Em 2019, durante a 72.<sup>a</sup> Assembleia de Saúde Mental, esse plano foi estendido até 2030, em reconhecimento à urgência contínua do tema.

Nesse contexto de crescente adoecimento, a OMS também passou a categorizar um conjunto de “Transtornos Mentais Comuns”, englobando principalmente casos de ansiedade e depressão. Tendo em conta tais circunstâncias, o Ministério da Saúde (2022) estima que 700 mil pessoas morrem por suicídio anualmente, com 80% desses casos em países de renda média e baixa, sendo essa, a quarta causa de morte mais recorrente entre os jovens de 15 a 29 anos.

Segundo a OMS (2017), uma parcela considerável da população mundial apresenta algum tipo de transtorno mental. Segundo estimativas globais, cerca de 4,4 % dos indivíduos convivem com transtorno depressivo, e 3,6 % sofrem de transtorno de ansiedade, considerando o lapso temporal, os dados apontam para uma tendência de intensificação desses agravos. Outra pesquisa da OMS (2019), focada na América do Sul, mostra que o peso das doenças crônicas não transmissíveis vem crescendo de forma expressiva no Brasil, a ponto de os transtornos mentais corresponderem a aproximadamente um terço dos casos. O país está em quarto lugar em termos de crescimento anual de suicídios e, em números absolutos, fica atrás de apenas um outro país da América Latina.

Nos últimos anos, o Brasil tem lidado com índices elevados de desemprego, situação que se intensificou devido a pandemia de COVID-19 e a instabilidade econômica. Segundo informações do IBGE, em 2021, a taxa de desemprego alcançou 14,7%, impactando milhões de cidadãos e gerando diversas repercussões sociais e psicológicas, com o aumento dessa taxa, estima-se que aproximadamente 14 milhões de pessoas foram afetadas.

A perda de emprego afeta profundamente a saúde mental, com estudos mostrando uma forte conexão entre o desemprego e o aumento de transtornos como ansiedade e depressão. Um estudo da OMS (2020) durante a COVID-19, divulgou que além da perda de entes queridos e o isolamento social, as restrições à capacidade das pessoas de trabalhar, foi um importante gatilho para o pensamento suicida.

Além das consequências emocionais, o desemprego também impacta negativamente a saúde física. A tensão causada pela instabilidade financeira pode favorecer o desenvolvimento de doenças crônicas, como pressão alta e distúrbios cardíacos. Um relatório do Ministério da Saúde, publicado em 2020, destacou um crescimento preocupante nos casos de ansiedade e depressão, principalmente entre os grupos mais vulneráveis, como os desempregados, uma situação agravada pelas dificuldades econômicas provocadas pela pandemia.

Com o passar do tempo, o desemprego pode desencadear um ciclo vicioso de prejuízos à saúde mental. Quem permanece afastado do mercado de trabalho por um período prolongado pode encontrar obstáculos para se recolocar, em razão do estigma ligado à inatividade profissional, o que tende a intensificar seu sofrimento emocional.

O cenário contemporâneo da América Latina, marcado por crises econômicas cíclicas, desigualdade social estrutural e políticas neoliberais, tem contribuído de forma significativa para o aumento do sofrimento psíquico entre as populações. No cerne desse processo está a precarização das condições de vida e trabalho. Na perspectiva de Dunker (2015), a saúde mental na sociedade neoliberal é capturada por uma lógica de performance, em que fracassar socialmente se converte em culpa pessoal, o que intensifica quadros depressivos. A exigência constante de autossuperação, em um ambiente instável e competitivo, provoca o que o autor denomina como “gestão neoliberal do sofrimento psíquico”, onde o adoecimento mental é privatizado e despolitizado, tornando-se uma responsabilidade individual, não uma consequência coletiva de um modelo socioeconômico excludente.

A saúde mental tornou-se um dos maiores desafios de saúde pública no Brasil nas últimas décadas, intensificado por crises econômicas, instabilidades políticas e transformações estruturais do mundo do trabalho. De forma alarmante, o país testemunha um aumento significativo nos índices de ansiedade, depressão, insônia e outros transtornos psicológicos, revelando uma sobrecarga do sistema de saúde e um sentimento coletivo de desamparo.

Corroborando esse panorama, o levantamento “*Global Health Service Monitor*”, do *Institut Public de Sondage d'Opinion Secteur - Ipsos* (2023), revelou que 52% dos brasileiros consideram a saúde mental o maior problema de bem-estar no país, percentual que era de apenas 18% em 2018. A mesma pesquisa aponta que 74% dos brasileiros acreditam que o sistema de saúde está sobrecarregado, e 83% avaliam que muitas pessoas não conseguem pagar por um atendimento de saúde adequado.

Dados do Instituto Brasileiro de Educação em Gestão Pública - IBEGESP mostram que, em 2024, foram registrados 472.328 afastamentos por transtornos mentais, representando um aumento de 68% em relação ao ano anterior. As principais causas apontadas foram luto pós-pandemia, estresse emocional, insegurança econômica e o avanço da informalidade no mercado de trabalho.

O conjunto desses dados evidencia não apenas o agravamento do sofrimento psíquico, mas também uma falência estrutural na rede de proteção social e nos sistemas de cuidado em saúde mental. A precarização das condições de vida e trabalho, a ausência de políticas públicas efetivas e o esgotamento dos vínculos comunitários atuam como elementos estruturantes desse adoecimento. Em um

cenário marcado por incertezas, desigualdades e instabilidade, o cuidado com a saúde mental torna-se uma das principais tarefas sociais e políticas do presente.

#### **4.2. O papel do capitalismo na precarização da saúde mental**

De acordo com Frazer-Carroll (2023), dentro da lógica do sistema capitalista, Marx apresenta o conceito de exército industrial de reserva, referindo-se à massa de trabalhadores desempregados que está sempre disponível para ocupar postos de trabalho assim que houver necessidade. Esse contingente de pessoas fora do mercado formal é fundamental para o funcionamento do capitalismo, pois garante uma oferta constante de mão de obra. A precariedade nesse contexto torna os trabalhadores facilmente substituíveis. Diante disso, surge o questionamento: por que os empregadores se preocupariam em adaptar as condições de trabalho às necessidades de cada indivíduo?

Ainda conforme Frazer-Carroll (2023), O encarceramento de pessoas consideradas inválidas está profundamente relacionado ao sistema capitalista. Um exemplo disso é o *Bethlem Royal Hospital of London* - Bedlam, conhecido como o primeiro hospital psiquiátrico do mundo. Fundado no final do século XIII, registros da época mostram que apenas sete pessoas diagnosticadas com “loucura” viviam ali. Isso indica que, em todo o país, havia apenas sete indivíduos encarcerados por esse motivo, um número ínfimo. Naquela época, a maioria das pessoas vistas como “loucas” viviam integradas à comunidade. Caso fossem consideradas perigosas, algumas até podiam viver nas ruas, mas a prática de institucionalização, tal como conhecemos hoje, não existia.

Só com a manifestação do capitalismo é que assistimos ao que Foucault (2019) chamou de “o grande confinamento” ou “a grande internação” que foi uma enorme expansão no número de pessoas admitidas nos manicômios, dessa vez, incluindo não apenas os “loucos”, mas também pobres, vagabundos, prostitutas e outros grupos marginalizados. O número de internados em Bedlam disparou tanto que o local não sustentou a superlotação, e mais manicômios, tanto privados quanto públicos, tiveram de ser construídos. Coincidindo quase perfeitamente com o surgimento do capitalismo e da Revolução Industrial. Foucault argumenta que esse evento não tinha como objetivo principal tratar os “loucos”, mas sim exercer controle social e manter a ordem dentro do contexto do surgimento da racionalidade moderna e do capitalismo.

É importante considerar o papel das famílias nesse contexto. Antes da industrialização, muitas recebiam pequenas quantias para cuidar em casa dos chamados "parentes loucos". No entanto, com o surgimento do sistema fabril, os membros das famílias foram forçados a trabalhar nas fábricas, o que os impedia de permanecer em casa para prestar esses cuidados. Além disso, as leis de combate à pobreza retiraram esses auxílios financeiros, deixando as famílias sem recursos para cuidar dessas pessoas. Diante disso, restava poucas alternativas e os manicômios passaram a ser o destino quase inevitável para essas pessoas. Para muitas famílias, interná-los parecia ser a única opção possível.

E por isso que o sistema capitalista também está relacionado ao com o encarceramento de pessoas com deficiências, e não apenas com transtornos mentais. As pessoas com deficiência e os doentes mentais eram encaminhados para grandes manicômios, com o propósito de passarem a vida inteira nessas instituições. O que reuniu essas pessoas nestes asilos, foi que não puderam ser assimiladas pelo novo sistema de produção. Esse ambiente não era feito para comportar elas.

Segundo Vierkant e Bolton (2022), a classe excedente de pessoas não trabalhadoras inclui pessoas deficientes, loucas, doentes mentais ou criminalizadas, que não têm valor sob a ótica capitalista, pois não são exploráveis. Contudo, o capitalismo prejudica-os da mesma forma que prejudica os trabalhadores, mas essa parcela da população é frequentemente ignorada pela política de esquerda, que por muitas vezes exclui grupos de pessoas que não podem trabalhar. Esse modo de pensar parte do princípio de que o valor do homem está diretamente ligado à sua produtividade e habilidade laboral e não a nossa condição de ser humano.

A crítica de Fromm (2001) ao capitalismo parte da constatação de que, longe de promover a realização humana, o sistema intensifica a alienação e a patologia da normalidade, instaurando condições que favorecem o surgimento de neuroses coletivas. O autor demonstra que a "razão instrumental", isto é, a organização da vida social em função da eficiência e do lucro, subordina o indivíduo a estruturas impessoais, corroendo sua capacidade de se reconhecer como ser autônomo e relacional. Esse processo produz um conjunto de traços de personalidade moldados pelas exigências do mercado, que valoriza a competitividade e a conformidade em detrimento da empatia e da criatividade.

Han (2024, p. 28), expõe como a exploração capitalista manifesta essas patologias:

O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. O explorador é ao mesmo tempo o explorado. Agressor e vítima não podem mais ser distinguidos. Essa autorreferencialidade gera uma liberdade paradoxal que, em virtude das estruturas coercitivas que lhe são inerentes, se transforma em violência. Os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal.

Na medida em que o trabalho e as relações sociais se tornam mercadorias, o sujeito experimenta um vazio existencial e uma insegurança crônica. Fromm (2001) argumenta que a mercadorização das necessidades básicas, pertencimento, amor, sentido de vida, gera uma “alienação patogênica”, na qual o indivíduo sente-se vazio, ansioso e incapaz de estabelecer vínculos autênticos. Essa condição é agravada pela naturalização do sofrimento: o que era exceção torna-se padrão, e o adoecimento psíquico é interpretado como falha individual, não como efeito de uma “cultura doentia” legitimada pelo capitalismo.

O impacto dessa lógica na saúde mental manifesta-se sobretudo em quadros de ansiedade e depressão, vistos por Fromm (2001) não apenas como enfermidades clínicas, mas como expressões de um modo de vida insustentável. A constante pressão por desempenho e a instabilidade dos vínculos de trabalho corroem as redes de apoio comunitário e o sentimento de pertencimento, fundamentais para a resiliência psíquica. Nesse contexto, a possibilidade de “estar só” entendida como a capacidade de autorreflexão e autoconhecimento, é substituída por um isolamento angustiante, pois o sujeito já não encontra nas instituições, família, cidade, sindicatos, os “pontos de ancoragem” necessários para a manutenção de sua saúde mental.

Davies (2021) demonstra de forma contundente que o que hoje chamamos de “crise de saúde mental” não decorre apenas de predisposições biológicas ou de um “cérebro doente”, mas sim de um processo amplo de medicalização que serve aos interesses do capitalismo contemporâneo. Davies evidencia que, em países como o Reino Unido, mais de 20 % da população adulta faz uso de fármacos psiquiátricos a cada ano, um aumento superior a 500 % desde 1980, mesmo com os níveis de sofrimento psíquico continuando a crescer em gravidade e frequência. Tal expansão massiva do uso de antidepressivos e ansiolíticos não resulta de avanços na compreensão da etiologia dos transtornos mentais, mas sim da consolidação de um modelo que desloca a responsabilidade pelo sofrimento do coletivo para o indivíduo,

legitimando o consumo de medicamentos como resposta imediata, fácil e lucrativa às demandas da produtividade e da competitividade neoliberais.

Para o autor, esse desvio de foco do tratamento das causas sociais para a supressão dos sintomas por via farmacológica funciona como mecanismo de manutenção da ordem capitalista: ao “sedar” a população, cria-se um consenso tácito de que a angústia, a ansiedade e a depressão são falhas individuais, não convulsões geradas pela precarização do trabalho, pela desigualdade econômica, pelo isolamento social e pelas políticas de austeridade. Em vez de enfrentar questões como insegurança ocupacional, desproteção sindical e erosão das redes de apoio comunitário, governos e corporações consolaram-se com a prescrição em massa de psicofármacos, que reforça a ideia de que basta tomar uma pílula para voltar à “normalidade” capitalista.

A crítica de Davies (2021) amplia o debate sobre o papel do capitalismo na produção de sofrimento psíquico ao revelar essa solução paliativa, medicamentos que mascaram sintomas, atua como instrumento ideológico e econômico, acentuando o problema, reforça o estigma do fracasso pessoal, intensifica o sentimento de culpa e retira dos desempregados e precarizados qualquer energia para reivindicar mudanças sociais. Protegendo as estruturas de poder ao transformar a saúde mental em mais um setor de mercado.

A consequência é um ciclo de dependência de remédios, aumento do sofrimento psíquico e erosão dos laços comunitários que, em outras épocas, ofereciam suporte diante da adversidade. Em sua visão, só uma abordagem que reconcilie intervenção clínica com transformação social poderá romper o círculo vicioso da “medicalização do sofrimento”, qualquer estratégia de enfrentamento da atual crise de saúde mental deve transcender o modelo biomédico hegemônico e voltar-se para as raízes sociais do adoecimento: flexibilização trabalhista, insegurança econômica, desagregação comunitária e políticas públicas excludentes e encarar o capitalismo como fator central na produção da própria crise de saúde mental.

Dessa forma, a contribuição de Fisher (2020) amplia criticamente a compreensão acerca das formas contemporâneas de gestão do sofrimento psíquico ao introduzir o conceito de “privatização do estresse”, que desloca a responsabilidade pela saúde mental do campo coletivo e estrutural para o âmbito individual. Tal perspectiva ressoa com as críticas que denunciam a medicalização do mal-estar como estratégia funcional ao capitalismo, promovendo soluções paliativas em detrimento da

transformação das causas sociais do adoecimento. Ao enfatizar a responsabilização individual como narrativa dominante, o autor evidencia como o sistema desloca o foco da crítica para o sujeito, encobrendo os determinantes sociais do sofrimento e reforçando a lógica meritocrática. Nesse sentido, o sofrimento deixa de ser interpretado como sintoma de contradições estruturais e passa a ser concebido como falha pessoal, o que contribui para a reprodução de um ciclo de exclusão, silenciamento e adaptação forçada às exigências de um modelo socioeconômico que, ao mesmo tempo em que adocece, oferece soluções funcionalmente integradas à sua própria lógica de produtividade e controle.

Segundo essa lógica, cabe a cada pessoa buscar soluções por conta própria, como: fazer terapia, ioga, escrever em diários, entre outras atividades, como forma de manter o equilíbrio emocional. A saúde mental, nesse contexto, deixou de ser uma questão coletiva ou social para se tornar uma obrigação pessoal.

Essa visão também se reflete nas discussões sobre saúde mental e acesso a benefícios sociais. Há uma ideia amplamente difundida de que basta “dar a volta por cima”, um pensamento meritocrático, que também serve para culpar quem sofre, insinuando que estão exagerando para receber ajuda do Estado. Essa abordagem ignora completamente o fato de que muitos dos problemas de saúde mental têm raízes estruturais profundas e não podem ser resolvidos apenas com força de vontade.

Embora práticas como terapia ou meditação possam sim trazer alívio e ajudar algumas pessoas a se sentirem mais no controle de suas vidas, elas não são capazes de lidar com as causas sistêmicas do sofrimento: racismo, pobreza, desigualdade, masculinidade tóxica, entre outros fatores. Essas práticas podem funcionar como paliativos, mas não solucionam o problema em sua origem.

A partir da Experiência de Hawthorne, Mayo (1933) expõe como as organizações passaram a reconhecer a importância dos aspectos emocionais e sociais no ambiente de trabalho, não necessariamente por uma preocupação genuína com o bem-estar dos trabalhadores, mas porque isso se mostrou eficiente para aumentar a produtividade. Com o surgimento do setor de recursos humanos, percebemos que sua função original não era promover bem-estar, mas sim garantir que os trabalhadores estivessem emocionalmente estáveis o suficiente para serem mais produtivos e explorados. Assim, o bem-estar passou a ser instrumentalizado como uma ferramenta de gestão do desempenho, e não como um fim em si mesmo. O objetivo dessa iniciativa, portanto, não é proporcionar realização ou felicidade

genuína, mas manter os trabalhadores funcionalmente “bem” dentro de um sistema que continua a sobrecarregá-los.

Ironicamente, é justamente o ambiente de trabalho, muitas vezes fonte primária de sofrimento psíquico, que passa a oferecer as soluções para esse sofrimento. Acaba-se criando um ciclo perverso, em que o mesmo espaço que adoece é também aquele ao qual se recorre para buscar alívio.

A pobreza e a desigualdade têm uma ligação direta com os problemas de saúde mental. Quando analisamos essas questões a partir da perspectiva do sofrimento, há um entendimento comum que viver sem acesso às necessidades básicas ou em constante instabilidade gera, inevitavelmente, quadros de ansiedade e depressão. Preocupações como não saber quando será o próximo turno de trabalho ou se será possível pagar as contas no final do mês, provocam um estado contínuo de angústia.

É evidente que pessoas com poder, riqueza e privilégios também enfrentam dificuldades relacionadas à saúde mental. Isso acontece porque o capitalismo, em sua essência, afeta negativamente o bem-estar geral, ninguém está totalmente protegido dos impactos desse sistema. No entanto, há uma diferença fundamental: indivíduos com recursos têm acesso imediato a terapias e serviços de saúde mental privados assim que os primeiros sinais de sofrimento aparecem.

Por outro lado, o proletariado enfrenta enormes obstáculos. Onde precisam lidar com longas filas de espera no sistema público de saúde e, quando finalmente conseguem atendimento, muitas vezes já se encontram em situações extremas ou em crise. Nesses casos, de acordo com Frazer-Carroll (2023) é mais provável que sejam submetidas a intervenções mais duras, marcadas por abordagens punitivas ou até mesmo de caráter institucional e carcerário dentro do sistema de saúde mental.

A correlação entre desemprego e saúde mental no Brasil é evidente e alarmante. O aumento das taxas de desemprego tem contribuído significativamente para o crescimento de casos de transtornos mentais, refletindo a vulnerabilidade da população frente às condições econômicas adversas. Marx (1984), em sua análise sobre as consequências do capitalismo, aponta que as relações de produção e as condições de trabalho afetam diretamente a saúde e o bem-estar dos indivíduos, ressaltando que "o trabalhador se torna um objeto" em um sistema que prioriza o lucro sobre a vida humana. Essa perspectiva é particularmente relevante ao considerar que o desemprego não apenas agrava problemas psicológicos, mas também perpetua um ciclo de exclusão e sofrimento social.

Ao longo do texto, foi possível observar como a pressão por produtividade e a cultura do individualismo impactam diretamente a saúde mental dos indivíduos, especialmente dentro do contexto capitalista. A ideia de “privatização do estresse” proposta por Fisher (2020) ilustra como a responsabilidade pela saúde mental foi desviado de uma questão coletiva para uma obrigação pessoal, contribuindo para a perpetuação de um sistema que ignora as causas estruturais do sofrimento psíquico. A meritocracia, por sua vez, torna-se uma justificativa para culpar as vítimas dessas condições, enquanto práticas como terapia ou meditação, embora úteis em certo grau, não enfrentam as raízes sistêmicas do problema.

Além disso, o ambiente de trabalho, frequentemente fonte de sofrimento, é também o mesmo que oferece soluções superficiais e paliativas, criando um ciclo vicioso de adoecimento e tentativa de cura. A desigualdade social e a pobreza, como elementos estruturais, agravam os quadros de saúde mental, exacerbando as dificuldades enfrentadas pelo proletariado em relação ao acesso a cuidados adequados. A disparidade entre os ricos e os pobres na obtenção de tratamentos de saúde mental reflete a manutenção de um sistema desigual, que coloca os mais vulneráveis em situações extremas. Portanto, fica claro que o sofrimento psíquico não pode ser reduzido a questões individuais ou isoladas, mas deve ser compreendido dentro de um contexto social, econômico e estrutural mais amplo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou refletir sobre as profundas mudanças que o capitalismo promoveu na organização da vida humana. Compreender a extensão desse modelo de dominação dos comportamentos e das estruturas sociais se revelou um desafio, pois questionou a possibilidade de manter uma saúde mental equilibrada em um sistema cuja lógica de opressão se mostra antagônica ao ideal de bem-estar.

Galeano (2005), em sua obra "As Veias Abertas da América Latina", discorre sobre como a exploração econômica e a opressão política moldaram a história da América Latina, evidenciando que as crises econômicas não apenas desestabilizam sociedades, mas também ferem profundamente a saúde mental dos indivíduos, gerando um ciclo de sofrimento que se perpetua ao longo do tempo. As crises cíclicas do capital, conforme análises do autor, mostram que o desemprego e a precarização do trabalho são fenômenos recorrentes, que intensificam a marginalização e a vulnerabilidade da população.

Frente a este cenário, é importante que as políticas públicas adotem medidas eficazes que promovam a inclusão no mercado de trabalho e o suporte psicológico. Nesse contexto, o serviço social desempenha um papel crucial. Investir em programas de capacitação e saúde mental é essencial para mitigar os efeitos nocivos do desemprego. Os profissionais da área podem atuar na identificação das necessidades dos indivíduos afetados pelo desemprego, oferecendo orientação e apoio psicológico, além de facilitar o acesso a programas de capacitação e inserção profissional. Ao promover a articulação entre diferentes serviços e redes de apoio, o serviço social pode contribuir para diminuir os efeitos nocivos do desemprego, garantindo um ambiente mais saudável e digno para os cidadãos.

Diante dos obstáculos tratados nesta pesquisa, os desafios inerentes à reestruturação das políticas voltadas para a saúde mental são desmedidos. Por isso sugerimos, não apenas novos modelos de assistência, mas a precisão de transformações sociais. A ideação de novos moldes mais inclusivos, combate as estruturas sociais arcaicas, fundamentadas, segundo Araújo e Torrenté (2023) no patriarcado e no racismo estrutural. Essas estruturas, mantidas pelo processo de exploração, além de conservar essa dinâmica, acaba por agravá-la, intensificando as desigualdades sociais e a concentração de renda, levando a exclusão de uma parcela imensa da população.

Não é possível promover uma atenção psicossocial verdadeiramente transformadora sem desconstruir as mesmas estruturas opressoras e subordinadoras que agravam o adoecimento mental. Portanto, dependemos de um esforço intersetorial capaz de enfrentar em conjunto as barreiras tecnológicas, sociais e econômicas que perpetuam esse ciclo de vulnerabilidade. Para que essa luta ultrapasse o âmbito pontual do atendimento clínico, é fundamental construir e financiar uma rede comunitária de serviços de saúde mental territorializada, universal e integrada, sustentada por sistemas de monitoramento contínuo das condições que geram sofrimento psíquico. Assim poderemos encarar, de forma articulada, tanto a disputa por um novo padrão de produção e reprodução social quanto a urgente necessidade de garantir direitos, dignidade, bem-estar e autonomia dos sujeitos em sofrimento.

Em função das transformações sociais impulsionadas pelo capitalismo, a geração de riquezas ultrapassou a ideia de uma existência livre e de sujeitos autônomos, reduzindo-os a mera força de trabalho. As relações laborais passaram a ser regidas pela tirania do relógio, em que rapidez, intensidade e alienação se entrelaçam. A vida humana foi guiada a um estado de submissão a essa estrutura econômica exploratória e desigual, onde “a preocupação pelo bem-viver, [...] cede lugar cada vez mais à preocupação por sobreviver” (Han, 2024, p.31).

Dessa forma, observamos que a busca pela emancipação assume a forma de uma luta pela simples sobrevivência dentro desse sistema opressor. Além da reivindicação por uma liberdade social alinhada ao marxismo, torna-se urgente a conquista de uma emancipação genuína do sujeito humano.

Enfrentar o desemprego exige não apenas crescimento econômico, mas uma ruptura com a lógica capitalista, de desenvolvimento excludente, que visa a exploração econômica, e a busca incessante por produtividade e lucro além de uma profunda reforma das estruturas sociais e institucionais que sustentam o sistema e aprofundam as desigualdades, visando superar os efeitos negativos do sofrimento psicológico e a marginalização de grandes parcelas da população.

Compreendendo a dinâmica do sistema capitalista, constata-se que este já não sustenta integralmente sua capacidade de resposta às crises nem de efetiva reestruturação. Suas contradições se manifestam de forma recorrente, diante das barreiras econômicas e sociais que ele próprio impõe, fruto de uma organização estrutural marcada por tendências autodestrutivas. A lógica capitalista fundamenta-se

na exploração do trabalho e na dominação das formas de vida, operando através de mecanismos que submetem a existência humana à sua racionalidade instrumental.

No entanto, essa configuração revela-se esgotada, tornando-se incompatível com a possibilidade de uma convivência social minimamente saudável. Dessa forma, a trajetória desta pesquisa ancorou-se na reflexão sobre a inviabilidade de uma experiência plena de saúde, em especial saúde mental, dentro de um sistema que promove o adoecimento e impõe controle sobre os corpos, a liberdade e a subjetividade dos indivíduos. Nesse contexto, também se evidenciam os limites das políticas públicas, frequentemente ineficazes diante da complexidade do sofrimento social contemporâneo. Tais políticas, ancoradas em bases frágeis e orientadas pela lógica da gestão dos efeitos, demonstram-se insuficientes para enfrentar, de forma estrutural, as causas do mal-estar social gerado pelo capitalismo, restringindo-se, assim, à administração parcial e paliativa das consequências oriundas desse modelo econômico.

Portanto, enquanto persistirem as engrenagens de um sistema baseado na exploração do trabalho e na desigualdade estrutural, a saúde mental e a dignidade dos sujeitos seguirão ameaçadas. Ansiamos pela concepção de um novo projeto de sociedade para além do capitalismo, fundamentado na igualdade, na solidariedade e na valorização da vida, um modelo social, econômico e cultural capaz de superar de forma radical os impactos destrutivos da ordem capitalista. Tendo por finalidade a emancipação humana e o fim da exploração do trabalho e das desigualdades sociais, uma vez que, apenas assim será possível vislumbrar a libertação plena da classe trabalhadora.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Tânia Maria; TORRENTÉ, Mônica de Oliveira Nunes. **Saúde Mental no Brasil: desafios para a construção de políticas de atenção e de monitoramento de seus determinantes**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2023.v32n1/e2023098/pt/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ADLER-BOLTON, Beatrice; VIERKANT, Artie. **Health Communism**. London: Verso Books, 2022. ISBN 978-1-83976-516-2.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 29 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O que é desemprego?** Explica. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20desemprego,basta%20n%C3%A3o%20possuir%20um%20emprego>. Acesso em: 06 maio 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: análise do desemprego**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 set. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho, 1º trimestre 2025** [Gráfico], 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As divisões do mercado de trabalho** [Fluxograma], 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde: **Acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/PNS%20Vol%202.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Anualmente, mais de 700 mil pessoas cometem suicídio, segundo OMS**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/anualmente-mais-de-700-mil-pessoas-cometem-suicidio-segundo-oms>. Acesso em: 29 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Pesquisas apontam que as desigualdades persistem no mundo do trabalho**. 17 abr. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Abril/pesquisas-apontam-que-as-desigualdades-persistem-no-mundo-do-trabalho>. Acesso em: 29 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **3º Relatório de Transparência Salarial: mulheres recebem 20,9% a menos do que os homens**. 07 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/abril/3o-relatorio-de-transparencia-salarial-mulheres-recebem-20-9-a-menos-do-que-os-homens>. Acesso em: 29 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental e a pandemia de COVID-19: relatório de impacto**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/>. Acesso em: 27 set. 2024.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHADAREVIAN, Pedro. Para medir as desigualdades sociais no mercado de trabalho. São Paulo. **Brazilian Journal of Politic Economy**. 31 (2), 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000200007>. Acesso em: 9 abr. 2025.

DAVIES, James. **Sedated: How Modern Capitalism Created Our Mental Health Crisis**. London: Atlantic Books, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, Cristophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

DIEESE. **Consciência Negra** [boletim especial]. São Paulo: DIEESE, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/conscienciaNegra.html>. Acesso em: 06 maio 2025.

DIEESE. **Consciência Negra** [infográfico]. São Paulo: DIEESE, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2024/conscienciaNegraInfo.html>. Acesso em: 06 maio 2025.

DIEESE. **A inserção da população negra no mercado de trabalho** [infográfico], 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/populacaoNegra.html>. Acesso em: 21 maio 2025.

DIEESE. **Proporção de negros e não negros nas 10 ocupações com os maiores rendimentos – Brasil, 2º trimestre de 2024** [Gráfico], 2024 Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/conscienciaNegra.html>. Acesso em: 21 maio 2025.

DIEESE. **Proporção de negros e não negros nas 10 ocupações com os menores rendimentos – Brasil, 2º trimestre de 2024** [Gráfico], 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/conscienciaNegra.html>. Acesso em: 21 maio 2025.

- DU BOIS, William Edward Burghardt. **O negro da Filadélfia: Um estudo social.** São Paulo: Autêntica, 2023.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros.** São Paulo: Boitempo, 2015.
- FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura.** São Paulo: Perspectiva, 2019.
- FRAZER-CARROLL, Micha. *Mad World: The Politics of mental Health.* London: Pluto Press, 2023.
- FROMM, Erich. **A sociedade são.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis; ROSA, Bárbara Oliveira. **A ética na construção de uma educação humano-genérico.** Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/1522>. Acesso em: 13 dez. 2024.
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: LUZ, Nascimento da (Org.). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. p. 223–234. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GUERRA, Yolanda. **A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais.** In: CRESS-MG. A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais. 2. ed. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2023.
- GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis**, v. 16, p. 39-49, 2013.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** 2 ed. Editora Vozes Limitada, 2024.
- HELLER, Ágnes. **O cotidiano e a história.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda. **A questão social e o serviço social**. São Paulo: Cortez, 2016.

IBEGESP. **Saúde mental em crise: número de afastamentos em razão de transtornos mentais cresce 68%**. Radar IBEGESP, 2024. Disponível em: <https://radar.ibegesp.org.br>. Acesso em: 08 maio 2025.

IPEA. **Estudo aponta desigualdade de gênero no trabalho doméstico e de cuidados não remunerado no Brasil**. Brasília, DF: Ipea, 4 out. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14024-estudo-aponta-desigualdade-de-genero-no-trabalho-domestico-e-de-cuidados-nao-remunerado-no-brasil>. Acesso em: 29 abr. 2025.

IPSOS. **Saúde mental preocupa mais da metade da população brasileira, aponta Ipsos**. 2023. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/saude-mental-preocupa-mais-da-metade-da-populacao-brasileira>. Acesso em: 08 maio 2025.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Editora Antropofágica, 2008.

LOPES, Marcia Cavalcanti Raposo. **Subjetividade e trabalho na sociedade contemporânea**. Trab. educ. saúde, vol. 7, n. 1, 2009.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Editora Abril, 1984.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAYO, Elton. **The human problems of an industrial civilization**. New York: Macmillan, 1933.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Resolução sobre as estatísticas do trabalho, emprego e subutilização da força de trabalho**: adotada pela 19ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho – Genebra, 2013. Disponível em: <https://webapps.ilo.org/public/portugue/bureau/stat/res/underemp.htm>. Acesso em: 21 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Depression and other common mental disorders: Global health estimates**. Geneva: World Health Organization, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Suicide worldwide in 2019: global health estimates**. Geneva: World Health Organization; 2021. 35 p. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240026643>. Acesso em: 09 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde mental e desemprego: evidências sobre o impacto na saúde mental**. Genebra: World Health Organization, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/>. Acesso em: 27 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25 % na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo**, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em>. Acesso em: 29 abr. 2025.

POCHMANN, Marcio. **Brasil: segunda grande transformação no trabalho?** Trabalho, Emprego e Renda, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000200003> Acesso em: 15 maio 2025.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). p. 73-117, Epistemologias do Sul. 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010  
SESC SÃO PAULO. **Desigualdades no mercado de trabalho: artigos analisam as múltiplas faces desta realidade**. São Paulo: SESC SP, 2023. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/desigualdades-no-mercado-de-trabalho-artigos-analisam-as-multiplas-desta-realidade/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SILVA, José Fernando Siqueira. **Serviço Social: resistência e emancipação?** Fanca: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, Déa Lúcia Pimentel; SOUZA, Maria Carolina. Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 25, n. 4, dez. 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901985000400007>. Acesso em: 28 abr. 2025.

TEMPOS Modernos. Direção: Charlie Chaplin. Produção: Charlie Chaplin Film Corporation. United States of America: United Artists, 1936. 1 filme (87 min).

THOMPSON, Edward Palmer. **Time, work-discipline and industrial capitalism**. Past & Present. 1967.